

# **RELATÓRIO DE GESTÃO 2025**



**Presidência  
Departamento de Planejamento Estratégico**

## CONSELHO DELIBERATIVO

*Conselheiro Flávio Esgaib Kayatt*

**Presidente**

*Conselheiro Iran Coelho das Neves*

**Vice-Presidente**

*Conselheiro Marcio Campos Monteiro*

**Corregedor-Geral e Diretor-Geral da Escoex**

*Conselheiro Osmar Domingues Jeronymo*

**Ouvidor**

*Conselheiro Waldir Neves Barbosa*

*Conselheiro Ronaldo Chadid*

*Conselheiro Sérgio de Paula*

## CONSELHEIROS SUBSTITUTOS

**Coordenador** - Conselheiro Substituto Leandro Lobo Ribeiro Pimentel

**Subcoordenadora** - Conselheira Substituta Patrícia Sarmiento Dos Santos

**Conselheiro Substituto** - Célio Lima De Oliveira

## MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

**Procurador-Geral De Contas** – João Antônio De Oliveira Martins Júnior

**Procurador-Geral Adjunto** – Matheus Henrique Pleutim De Miranda

**Corregedor-Geral** – Joder Bessa E Silva

**Corregedor-Geral Substituto** – Bryan Lucas Reichert Palmeira

## ELABORAÇÃO

**Departamento de Planejamento Estratégico**

Ariene Rezende do Carmo

Anahi Philbois

Isabel Cristiane Loureiro de Almeida

Judite Maria Grossl

Roberto Manvailier Munhoz

## PALAVRA DO PRESIDENTE

É com grande satisfação que apresento o Relatório de Gestão - exercício de 2025 - do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (TCE-MS). Este documento reflete nosso compromisso com a transparência, eficiência administrativa e aprimoramento do controle externo em benefício da sociedade sul-mato-grossense.

O ano de 2025 consolidou a modernização institucional, com a reorganização da estrutura para fortalecer áreas finalísticas e especializar a gestão administrativa, buscando as melhores práticas de governança corporativa.

Destaco nossa Gestão Inovadora, alicerçada pelo avanço digital, com soluções baseadas em Inteligência Artificial, como o Gemini e o ChatTCE, além do novo APP TCE-MS, aproximando o Tribunal do cidadão e dos jurisdicionados.

Com um plano de fiscalização estratégico, nossas Divisões de Fiscalização Temáticas analisaram a aplicação de mais de R\$ 34,6 bilhões em recursos públicos, atuando em áreas essenciais como saúde e educação, além de ampliar o monitoramento de políticas para a Primeira Infância e mudanças climáticas.

O exercício de 2025 também consolidou a modernização digital e a sistematização estratégica da Gestão de Pessoas no TCE-MS, otimizando recursos para que os servidores priorizem suas atividades finalísticas em um ambiente mais produtivo.

Nossa atuação cumpre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, integrando valor econômico, social e ambiental em cada entrega realizada. Com o Planejamento Estratégico 2026-2029, reafirmamos nosso propósito de ser um modelo de controle de recursos públicos, pautado pela inovação e sustentabilidade.

Agradeço aos Conselheiros, Conselheiros Substitutos, ao Ministério Público de Contas e a cada servidor e colaborador desta Casa. O trabalho conjunto demonstra que o TCE-MS segue firme em sua missão de zelar pela correta aplicação do dinheiro público e pela efetividade das políticas públicas em nosso Estado.

Convido a todos para a leitura deste relatório, que detalha os resultados de uma gestão técnica, transparente e comprometida com o futuro de Mato Grosso do Sul.

**Conselheiro Flávio Kayatt**  
Presidente



## Conselho Deliberativo

O Conselho Deliberativo do TCE-MS é constituído por sete conselheiros, com a atual composição da Presidência, Vice-Presidência e Corregedoria-Geral eleita para o biênio 2025-2026. Em virtude da aposentadoria do Conselheiro Jerson Domingos, em novembro de 2025, procedeu-se à eleição de um novo Vice-Presidente para a conclusão do mandato, conforme as normas regimentais da Corte. Na ocasião, o Conselheiro Iran Coelho das Neves foi eleito por unanimidade.

Paralelamente, para suprir a vacância no cargo de Conselheiro, a Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul indicou Sérgio de Paula. O novo membro foi nomeado pelo Governador Eduardo Riedel e empossado na Corte Fiscal em 19 de novembro de 2025.



Presidente  
**Conselheiro Flávio Kayatt**



Vice-Presidente (até 12/11)  
**Conselheiro Jerson Domingos**



Vice-Presidente (03/12)  
**Conselheiro Iran Coelho**



Corregedor-Geral  
**Conselheiro Marcio Monteiro**



Ouvidor  
**Conselheiro Osmar Jeronymo**



**Conselheiro Waldir Neves**



**Conselheiro Ronaldo Chadid**



**Conselheiro Sérgio de Paula**

## Conselheiros Substitutos

Também compõe o TCE-MS três Conselheiros Substitutos com a função de substituir os Conselheiros nos casos de ausências, impedimentos, suspeição, falta eventual ou impossibilidade, além das atribuições de judicatura sobre processos de ação coordenadas com outros Tribunais de Contas e apreciação, para fins de registro, da legalidade dos atos de admissão de pessoal e concessão de aposentadoria.

Os Conselheiros Substitutos são nomeados pelo Governador do Estado após aprovação em concurso público de provas e títulos realizado pelo TCE-MS.



**Leandro Lobo Ribeiro Pimentel**  
Conselheiro Substituto  
Coordenador



**Patrícia Sarmento dos Santos**  
Conselheira Substituta  
Subcoordenadora



**Célio Lima de Oliveira**  
Conselheiro Substituto

## Ministério Público de Contas

O Ministério Público de Contas de Mato Grosso do Sul (MPC-MS) desempenha um papel fundamental no sistema de controle externo, atuando como fiscal da lei perante o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (TCE-MS). Sua missão é promover a defesa do interesse público, da moralidade administrativa e da boa gestão dos recursos públicos, garantindo que a administração pública atue em conformidade com os princípios constitucionais e legais.

Com autonomia funcional, o MPC-MS é uma instituição permanente e essencial ao exercício do controle externo, sendo incumbido de zelar pela ordem jurídica, pelo regime democrático e pelos interesses indisponíveis da sociedade. Sua atuação é pautada pela legalidade e pela transparência, contribuindo para um controle externo eficaz e em benefício da sociedade sul-mato-grossense.

O órgão é composto pelos Procuradores de Contas, que são nomeados pelo Governador do Estado, seguindo a ordem de classificação em concurso público de provas e títulos. Essa estrutura reforça a imparcialidade e a competência técnica do MPC-MS, assegurando que sua atuação seja independente e comprometida com os valores republicanos e democráticos.



**João Antônio de Oliveira Martins Júnior**  
Procurador-Geral de Contas



**Matheus Henrique Pleutim de Miranda**  
Procurador-Geral Adjunto



**Joder Bessa e Silva**  
Corregedor-Geral



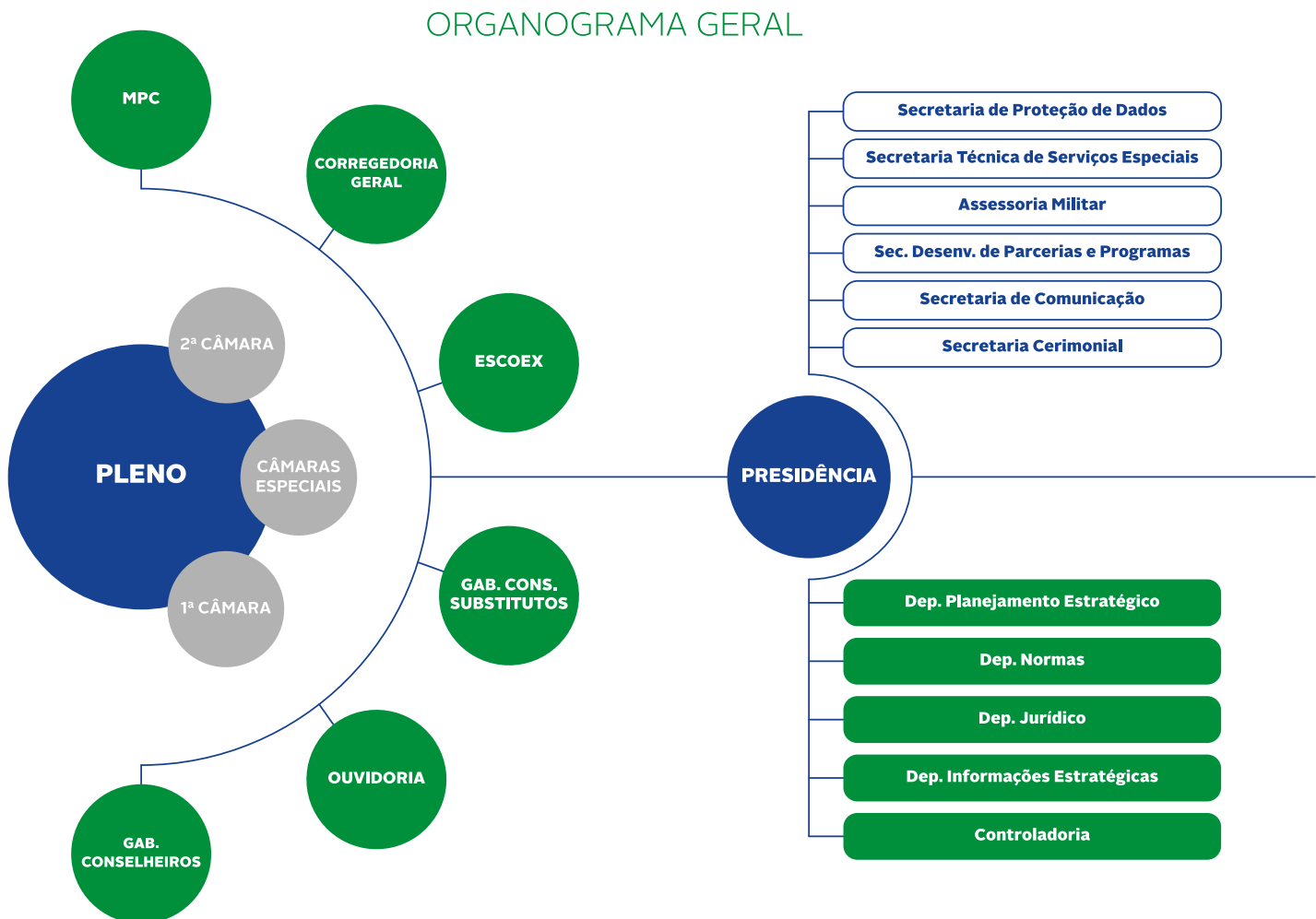
**Bryan Lucas Reichert Palmeira**  
Corregedor-Geral Substituto

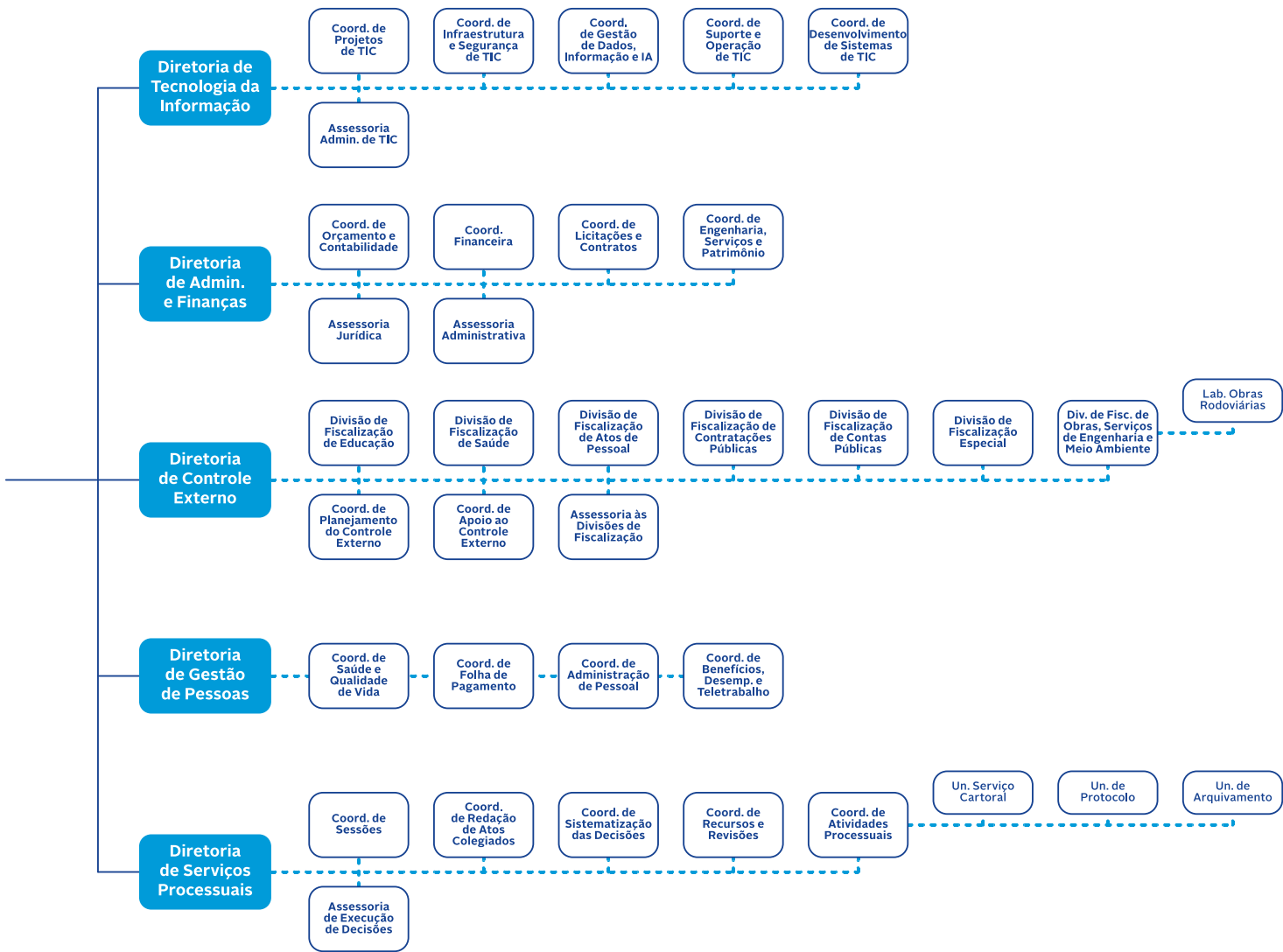
# Estrutura Organizacional

Em 10 de outubro de 2024, foi aprovada a Resolução TCE-MS nº 228/2024, que estabelece a estrutura organizacional e competências dos órgãos e instituição integrantes do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

Para tanto, buscou as melhores técnicas de gestão e implantou métodos significativos de segregação de funções através da tematização das áreas finalísticas, fortalecimento da unidade de controle interno e especialização das áreas administrativas.

Sendo graficamente representado da seguinte maneira:





## Referencial Estratégico

Na busca da melhoria constante de sua atuação de controle externo como ferramenta de transparência, aprimoramento da administração pública, transformação social e qualificação e eficiência dos serviços e produtos entregues a sociedade sul-mato-grossense, o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul definiu sua identidade estratégica.

# IDENTIDADE ESTRATÉGICA

## MISSÃO

Garantir a efetividade e a transparência da Administração Pública, e promover a integridade e *accountability* como fundamentos da gestão dos recursos públicos em benefício da sociedade.

## VISÃO

Ser órgão de controle modelo na gestão dos recursos públicos com governança, credibilidade e efetividade de forma acessível à sociedade.

## VALORES

### TRANSPARÊNCIA

Dar publicidade às atividades e aos resultados do TCE-MS, de forma aberta, clara e em tempo oportuno;

### ÉTICA

Agir com integridade e probidade para a preservação dos interesses institucionais e dos princípios que regem a Administração Pública;

### COOPERAÇÃO

Firmar parcerias entre os setores organizados da sociedade e os demais setores públicos com o TCE-MS, de modo a integrar ações visando à melhoria dos resultados das ações e políticas públicas;

### COMPETÊNCIA

Ter conhecimento e domínio das atividades que desempenha, aprimorando continuamente seus conhecimentos, habilidades técnicas e os padrões de controle mais efetivos, mantendo-se alinhado às melhores práticas de gestão;

### COMPROMETIMENTO

Agir de acordo com as normas legais e constitucionais e atuar com foco na missão, na visão e nos objetivos estratégicos do TCE-MS;

### INTEGRIDADE

Alinhamento total de todos os membros, servidores e agentes públicos com a missão, visão e valores instituídos pelo TCE-MS;

### INOVAÇÃO

Promoção do desenvolvimento profissional do corpo técnico e do estímulo à utilização de ferramentas e sistemas de tecnologia da informação adequados à concretização de todas as atividades do TCE-MS.

## Cadeia de Valor

Diante da pretensão de se tornar modelo de instituição de controle dos recursos públicos, o TCE/MS diagnosticou sua cadeia de valor permitindo maximizar os resultados produzidos, bem como fortalecer sua imagem e atuação junto a sociedade sul-mato-grossense, conforme quadro abaixo.

Importante destacar que nossa cadeia de valor é mantida por diversos processos organizacionais, os quais estão sujeitos ao direcionamento da gestão, que ainda monitora e avalia os processos finalísticos da Corte e o valor que é gerado pelas entregas realizadas viabilizando credibilidade das contas públicas, economicidade dos atos e contratos públicos, efetividade das políticas públicas e responsabilidade na gestão.

### MAPA ESTRATÉGICO 2021-2025

#### VISÃO

Ser órgão de controle modelo na gestão dos recursos públicos com governança, credibilidade e efetividade de forma acessível à sociedade.

#### PILARES

GOVERNANÇA

CAPACITAÇÃO

QUALIDADE

#### OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

##### RESULTADOS E SOCIEDADE

Intensificar e melhorar o relacionamento com seu público (sociedade, servidores e jurisdicionados), através de ações que otimizem a qualidade dos serviços prestados;

Aprimorar o controle da gestão e a aplicação dos recursos públicos com foco na qualidade, eficiência e nos resultados das contratações e serviços prestados.

##### SOCIEDADE, PROCESSOS INTERNOS E APRENDIZADO E CRESCIMENTO

Capacitar e desenvolver competências pessoais, técnicas e gerenciais, através da implantação do programa de capacitação e do processo de meritocracia.

##### PROCESSOS INTERNOS E APRENDIZADO E CRESCIMENTO

Fomentar práticas modernas de governança e gestão, através de metodologias eficientes e do uso das soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação.

#### MISSÃO

Garantir a efetividade e a transparência da Administração Pública, e promover a integridade e *accountability* como fundamentos da gestão dos recursos públicos em benefício da sociedade.

#### VALORES

TRANSPARÊNCIA • ÉTICA • COOPERAÇÃO • COMPETÊNCIA  
COMPROMETIMENTO • INTEGRIDADE • INOVAÇÃO

# Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Em complemento, visando entregas com valor econômico, social e ambiental, o TCE/MS direciona o Planejamento Estratégico 2021-2025 e, conseqüentemente suas ações ao cumprimento da Agenda 2030, definido pela Organização das Nações Unidas (ONU) que constituem os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Nesse sentido temos que cada objetivo estratégico está relacionado aos seguintes ODS:

## OBJETIVO ESTRATÉGICO

Intensificar e melhorar o relacionamento com seu público (sociedade, servidores e jurisdicionados) através de ações que otimizem a qualidade dos serviços prestados.

## OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



## OBJETIVO ESTRATÉGICO

Capacitar e desenvolver competências pessoais, técnicas e gerenciais através da implantação do programa de capacitação e do processo de meritocracia.

## OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



OBJETIVO ESTRATÉGICO

Aprimorar o controle da gestão e aplicação dos recursos com foco na qualidade, eficiência e nos resultados das contratações e serviços prestados.

OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



OBJETIVO ESTRATÉGICO

Fomentar práticas modernas de governança e gestão através de metodologias eficientes e do uso das soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação.

OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



## Governança e Gestão

Ações do TCE/MS, durante o exercício de 2025, comprometidas com as melhores práticas de Governança Corporativa e focadas na integração, articulação, transparência, celeridade das decisões de gestão e na alocação adequada e eficiente de recursos e investimentos em todas as áreas da Corte de Contas:

### [RESOLUÇÃO TCE-MS Nº 241, DE 16 DE JANEIRO DE 2025](#)

Altera a Resolução TCE-MS n. 230, de 23 de outubro de 2024, que estabelece normas gerais para a realização de concurso público para provimento no cargo efetivo de Auditor de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

### [RESOLUÇÃO TCE-MS Nº. 242, DE 24 DE MARÇO DE 2025.](#)

Revoga as Resoluções nº 8, de 10 de fevereiro de 2015; nº 38, de 6 de abril de 2016 e nº 183, de 05 de abril de 2023 vigentes no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

### [RESOLUÇÃO TCE-MS Nº 243, DE 31 DE MARÇO DE 2025.](#)

Altera os prazos para as prestações de contas do exercício de 2024, e envio de atos de pessoal e gestão fiscal

### [RESOLUÇÃO TCE/MS Nº 244, DE 16 DE ABRIL DE 2025.](#)

Altera dispositivos da Resolução TCE-MS n.º 225, de 18 de setembro de 2024, que instituiu o Sistema de Fiscalização Integrada de Gestão (e- Sfinge) no Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

### [RESOLUÇÃO TCE/MS Nº 246, DE 14 DE MAIO DE 2025.](#)

Altera dispositivos da Resolução TCE-MS n.º 225, de 18 de setembro de 2024, que instituiu o Sistema de Fiscalização Integrada de Gestão (e-Sfinge) no Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

### [RESOLUÇÃO TCE/MS Nº 247, DE 24 DE JUNHO DE 2025.](#)

Acrescenta, altera e revoga dispositivos do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, aprovado pela Resolução nº 98, de 5 de dezembro de 2018.

### [RESOLUÇÃO TCE-MS Nº 248, DE 14 DE JULHO DE 2025.](#)

Altera a Resolução TCE-MS n.º 233, de 13 de novembro de 2024, para incluir representante do Ministério Público de Contas na Comissão do Concurso destinada ao provimento do cargo de Conselheiro Substituto.

### [RESOLUÇÃO TCE-MS Nº 249, DE 31 DE JULHO DE 2025.](#)

Altera a Resolução TCE-MS n.º 240, de 09 de novembro de 2024, que aprovou o Plano Anual de Fiscalização do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul – ano 2025.

[RESOLUÇÃO TCE-MS Nº 250, DE 31 DE JULHO DE 2025.](#)

Dispõe sobre a criação da Diretoria Extraordinária de Gestão Sustentável, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul

[RESOLUÇÃO TCE-MS Nº 251, DE 31 DE JULHO DE 2025.](#)

Altera a Resolução TCE-MS n.º 225, de 18 de setembro de 2024, para incluir o art. 16-A, que dispõe sobre as comunicações, solicitações e alertas dos atos não processuais pelo “e-Sfinge Comunicação”.

[RESOLUÇÃO TCE-MS Nº 252, DE 20 DE AGOSTO DE 2025.](#)

Regulamenta os procedimentos de adesão ao Programa de Regularização Fiscal II (REFIC-II), instituído pela Lei Estadual n.º 6.455, de 21 de julho de 2025.

[RESOLUÇÃO TCE-MS Nº 253, DE 21 DE AGOSTO DE 2025.](#)

Institui a sistemática de elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (TCE-MS), e estabelece diretrizes das ações de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), nos termos desta Resolução.

[RESOLUÇÃO TCE-MS N.º 254, DE 21 DE AGOSTO DE 2025.](#)

Institui a Política de Governança das Contratações no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

[RESOLUÇÃO TCE-MS N.º 255, DE 21 DE AGOSTO DE 2025.](#)

Dispõe sobre a utilização de sistema eletrônico fornecido por pessoa jurídica de direito privado, integrado ao Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, para a realização de licitações e contratações no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

[RESOLUÇÃO TCE-MS N.º 256, DE 21 DE AGOSTO DE 2025.](#)

Dispõe sobre o Plano de Contratações Anual – PCA de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação e comunicações no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

[RESOLUÇÃO TCE-MS N.º 257, DE 21 DE AGOSTO DE 2025.](#)

Dispõe sobre a atuação dos gestores e fiscais de contratos no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul – TCE-MS, em consonância com o disposto na Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

[RESOLUÇÃO TCE-MS N.º 258, DE 21 DE AGOSTO DE 2025.](#)

Institui a carteira de identidade funcional dos membros e servidores do Tribunal de Contas e do Ministério Público de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

[RESOLUÇÃO TCE-MS N.º 259, DE 29 DE AGOSTO DE 2025.](#)

Institui o Projeto “Proteção de Dados e Integridade Pública: Projeto de Apoio Técnico aos Jurisdicionados”, com o objetivo de fomentar a implementação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) nos entes públicos jurisdicionados ao TCE-MS.

[RESOLUÇÃO TCE-MS N.º 260, DE 9 DE SETEMBRO DE 2025.](#)

Dispõe sobre a transferência da competência dos conselheiros titulares para os conselheiros substitutos no julgamento dos processos de atos de pessoal e de concessão de aposentadoria, estabelece os procedimentos para a transferência do respectivo acervo e dá outras providências.

[RESOLUÇÃO TCE-MS N.º 261, DE 9 DE OUTUBRO DE 2025.](#)

Altera a Resolução TCE-MS n.º 228, de 10 de outubro de 2024, que dispõe sobre a estrutura organizacional e competências dos órgãos e instituição integrantes do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.

[RESOLUÇÃO TCE-MS N.º 262, DE 20 DE OUTUBRO DE 2025.](#)

Altera a Resolução TCE-MS n.º 228, de 10 de outubro de 2024, que dispõe sobre a estrutura organizacional e competências dos órgãos e instituição integrantes do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.

[RESOLUÇÃO TCE-MS N.º 263, DE 23 DE OUTUBRO DE 2025.](#)

Altera a Resolução TCE-MS n.º 200, de 21 de setembro de 2023, que regulamenta a aplicação da Lei Federal n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul

[RESOLUÇÃO TCE-MS N.º 264, DE 23 DE OUTUBRO DE 2025.](#)

Dispõe sobre o uso de ferramentas de Inteligência Artificial no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

[RESOLUÇÃO TCE-MS N.º 265, DE 23 DE OUTUBRO DE 2025.](#)

Dispõe sobre o Código de Conduta Ética dos servidores do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

[RESOLUÇÃO TCE-MS N.º 266, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2025.](#)

Dispõe sobre normas para assegurar a transparência, a rastreabilidade e a conformidade constitucional de emendas parlamentares estaduais e municipais e para fiscalizar e acompanhar a execução dessas transferências.

[RESOLUÇÃO TCE-MS N.º 267, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2025.](#)

Regulamenta os procedimentos de arquivamento de processos previstos no art. 81-A, § 3º, do Regimento Interno, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

[RESOLUÇÃO TCE-MS N.º 268, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2025.](#)

Dispõe sobre o Planejamento Estratégico do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul para o ciclo 2026-2029.

[RESOLUÇÃO TCE-MS N.º 269, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2025.](#)

Dispõe sobre o gerenciamento do autuador de remessas e estabelece critérios para definição, implementação e revisão de tipologias e matrizes de autuação no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.

[RESOLUÇÃO TCE-MS N.º 270, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2025.](#)

Dispõe sobre a reserva de postos de trabalho para mulheres vítimas de violência doméstica em contratações de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra e institui o Programa "Mulheres Além da Conta", no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

[RESOLUÇÃO TCE-MS N.º 271, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2025.](#)

Institui a Política de Sustentabilidade e estabelece as diretrizes para elaboração, implementação, monitoramento e avaliação do Plano de Logística Sustentável - PLS.

[RESOLUÇÃO TCE-MS N.º 272, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2025.](#)

Altera a Resolução TCE-MS n.º 225, de 18 de setembro de 2024, que institui o Sistema de Fiscalização Integrada de Gestão (e-Sfinge) no Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

[RESOLUÇÃO TCE-MS N.º 273, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2025.](#)

Estabelece normas para organização, apresentação e remessa eletrônica da prestação de contas anual pelos gestores e responsáveis da administração pública municipal, para fins de apreciação e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências.

[RESOLUÇÃO TCE-MS N.º 274, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2025.](#)

Aprova o Plano Anual de Fiscalização do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul para o exercício de 2026.

[RESOLUÇÃO TCE-MS N.º 275, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2025.](#)

Prorroga por 180 (cento e oitenta) dias a vigência da Resolução TCE-MS n.º 252, de 20 de agosto de 2025, que regulamenta os procedimentos de adesão ao Programa de Regularização Fiscal II (REFIC-II), instituído pela Lei Estadual n.º 6.455, de 21 de julho de 2025, e dá outras providências.

[INSTRUÇÃO NORMATIVA TCE-MS Nº 44, DE 21 DE JANEIRO DE 2025.](#)

Dispõe sobre o Plano de Resposta a Incidentes de Segurança da informação com Dados Pessoais no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

[INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 45, DE 24 DE JANEIRO DE 2025.](#)

Dispõe sobre o Plano Anual de Comunicação do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul para o exercício de 2025.

[INSTRUÇÃO NORMATIVA TCE-MS N.º 46, DE 18 DE SETEMBRO DE 2025.](#)

Dispõe sobre a distribuição e o encaminhamento de recursos de Agravo Interno, Agravo de Instrumento e Embargos de Declaração no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul

[INSTRUÇÃO NORMATIVA TCE-MS N.º 47, DE 21 DE OUTUBRO DE 2025.](#)

Dispõe sobre a estrutura e as competências das unidades orgânicas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, em regulamentação à Resolução TCE/MS n.º 228/2024, de 10 de outubro de 2024.

[INSTRUÇÃO NORMATIVA TCE-MS N.º 48, DE 21 DE OUTUBRO DE 2025.](#)

Altera dispositivos da Instrução Normativa n.º 38, de 10 de julho de 2024, que dispõe sobre a estrutura, organização e o funcionamento da Unidade de Informações Estratégicas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

[INSTRUÇÃO NORMATIVA TCE-MS N.º 49, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2025.](#)

Revoga a Instrução Normativa n.º 1/2016, de 02 de março de 2016, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

[ORIENTAÇÃO TÉCNICA AOS JURISDICIONADOS – OTJ Nº 1, DE 14 de FEVEREIRO DE 2025.](#)

Dispõe sobre orientações acerca da observância ao padrão mínimo de qualidade do Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle – SIAFIC, de gestão e manutenção exclusiva do Poder Executivo, destacando sua integração com os sistemas estruturantes existentes nos órgãos e poderes que compõem o ente federativo.

[ORIENTAÇÃO TÉCNICA AOS JURISDICIONADOS – OTJ Nº 2, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2025.](#)

Dispõe sobre orientações técnicas acerca dos instrumentos de planejamento governamental, visando à elaboração do orçamento público, com a definição dos principais conceitos, classificações e procedimentos técnicos-orçamentários.

[ORIENTAÇÃO TÉCNICA AOS JURISDICIONADOS -OTJ N.º 03, DE 09 DE SETEMBRO DE 2025.](#)

Dispõe sobre orientações técnicas para o adequado planejamento e execução orçamentária das ações de enfrentamento à violência contra mulheres e meninas, no âmbito dos instrumentos PPA, LDO e LOA.

[ORIENTAÇÃO TÉCNICA AOS JURISDICIONADOS -OTJ N.º 04, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2025.](#)

Dispõe sobre orientações gerais acerca da concessão, pagamento e prestação de contas de diárias, com vistas à transparência e à regularidade na utilização de recursos públicos no âmbito da administração pública municipal e estadual jurisdicionada ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

[ORIENTAÇÃO TÉCNICA AOS JURISDICIONADOS – OTJ N.º 5, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2025.](#)

Dispõe sobre orientações técnicas às administrações tributárias do Estado e dos municípios para a adoção de medidas iniciais e prioritárias voltadas à adequação do novo modelo de tributação e repartição de receitas, instituído pela Emenda Constitucional n.º 132, de 2023, e pela Lei Complementar n.º 214, de 2025.

[PORTARIA TCE/MS N. 190, DE 22 DE JANEIRO DE 2025.](#)

Altera a Portaria TCE-MS n. 182, de 04 de dezembro de 2024, que dispõe sobre a constituição da Comissão do Concurso para seleção de candidatos ao cargo efetivo de Auditor de Controle Externo, nos termos da Resolução TCE-MS nº 230, de 23 de outubro de 2024, e dá outras providências

[PORTARIA TCE/MS N. 191, DE 29 DE JANEIRO DE 2025.](#)

Altera dispositivos da Portaria n. 182, de 04 de dezembro de 2024, que dispõe sobre a constituição da Comissão do Concurso para seleção de candidatos ao cargo efetivo de Auditor de Controle Externo.

[PORTARIA TCE/MS N. 193, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2025.](#)

Designar o Conselheiro MARCIO CAMPOS MONTEIRO, para exercer as funções de Diretor da Escola Superior de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul pelo prazo de até dois anos, com efeitos a contar de 1º de fevereiro de 2025.

[PORTARIA TCE/MS N. 194, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2025.](#)

Designar o Conselheiro JERSON DOMINGOS, para exercer as funções de Ouvidor do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul pelo prazo de até dois anos, com efeitos a contar de 1º fevereiro de 2025.

[PORTARIA TCE/MS N. 195, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2025.](#)

Fica instituída a Comissão Revisora responsável para analisar os fatos apontados no pedido de reconsideração do processo atuado sob nº TC/3715/2019, nos termos do art. 38 da Resolução TCE-MS nº 160, de 17 de fevereiro de 2022.

[PORTARIA TCE/MS N. 196, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2025.](#)

Dispõe sobre a coleta de informações destinadas à Rede Nacional de Indicadores (INDICON), para apuração do Índice de Efetividade e Gestão Municipal (IEGM-TCE-MS).

[PORTARIA TCE/MS N. 197, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2025.](#)

Dispõe sobre a coleta de informações destinadas à Rede Nacional de Indicadores (INDICON), para apuração do Índice de Efetividade da Gestão Estadual (IEGE-TCE-MS).

[PORTARIA TCE/MS N. 199, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025.](#)

Altera a Portaria TCE/MS n. 60, de 6 de agosto de 2020, que institui o Comitê de Gestão Tática do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências.

[PORTARIA TCE-MS N. 202/2025, DE 6 DE MAIO DE 2025.](#)

Dispõe sobre a criação da Comissão para implementação de Inteligência Artificial (CIA) no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

[PORTARIA TCE/MS Nº 207, DE 21 DE JULHO DE 2025](#)

Designar o Procurador-Geral de Contas, Dr. JOÃO ANTÔNIO DE OLIVEIRA MARTINS JÚNIOR, para atuar como representante do Ministério Público de Contas na Comissão de Concurso Público constituída pela Portaria TCE/MS n.º 183, de 04 de dezembro de 2024.

[PORTARIA TCE/MS Nº 209, DE 29 DE JULHO DE 2025.](#)

Altera a Portaria TCE/MS n.º 60, de 6 de agosto de 2020, para incluir nova unidade organizacional no Comitê de Gestão Tática do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul

[PORTARIA TCE/MS Nº 210, DE 29 DE JULHO DE 2025.](#)

Institui, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Conselho Federativo do Imposto de Bens e Serviços - CIBS.

[PORTARIA TCE/MS Nº 211, DE 30 DE JULHO DE 2025.](#)

Dispõe sobre a coleta de informações destinadas à Rede Nacional de Indicadores (INDICON), para apuração do Índice de Efetividade e Gestão Municipal (IEGM-TCE-MS).

[PORTARIA TCE/MS Nº 212, DE 15 DE AGOSTO DE 2025.](#)

Altera a Portaria TCE/MS n.º 202, de 6 de maio de 2025, para incluir novo membro à Comissão para implementação de Inteligência Artificial (CIA) no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

[PORTARIA TCE-MS Nº 213, DE 1 DE SETEMBRO DE 2025.](#)

Altera a Portaria TCE-MS N.º 210, de 29 de julho de 2025, para substituir membro da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Conselho Federativo do Imposto de Bens e Serviços - CIBS, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

[PORTARIA TCE-MS Nº 214, DE 4 DE SETEMBRO DE 2025.](#)

Altera a Portaria TCE-MS n. 202, de 06 de maio de 2025, que instituiu a Comissão para implementação de Inteligência Artificial (CIA) no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

[PORTARIA TCE-MS N.º 215, DE 15 DE SETEMBRO DE 2025.](#)

Altera a Portaria TCE-MS n.º 152, de 4 de dezembro de 2023, que institui o Comitê de Governança da Tecnologia da Informação e Comunicação no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

[PORTARIA TCE-MS N.º 216, DE 22 DE SETEMBRO DE 2025.](#)

Designa membro coordenador e membros auxiliares à Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Conselho Federativo do Imposto de Bens e Serviços - CIBS, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

[PORTARIA TCE-MS N.º 217, DE 26 DE SETEMBRO DE 2025.](#)

Decreta luto oficial em sinal de pesar pelo falecimento do Conselheiro aposentado Cícero Antônio de Souza, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

[PORTARIA TCE-MS N.º 218, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2025.](#)

Designar o Conselheiro WALDIR NEVES BARBOSA para relatar as contas anuais do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, referente ao exercício 2025.

[PORTARIA TCE-MS N.º 219, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2025.](#)

Institui o Comitê de Coordenação dos trabalhos decorrentes do Termo de Cooperação Mútua n.º 01/2023 (TCM/TE), com a finalidade de organizar, integrar e avaliar a execução das ações relativas à operacionalização do sistema de transporte escolar no Estado de Mato Grosso do Sul.

[PORTARIA TCE-MS N.º 220, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2025.](#)

Designar o Conselheiro Osmar Domingues Jeronymo para exercer as funções de Ouvidor no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

[PORTARIA TCE-MS N.º 221, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2025.](#)

Institui o Comitê de Normas e Orientação das Atividades de Controle Externo, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, e estabelece a designação de seus membros e servidores.

[PORTARIA TCE-MS N.º 222, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2025.](#)

Institui funções de confiança no Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

## Principais Ações de 2025



[Flávio Kayatt assume presidência do TCE-MS com gestão mais próxima dos jurisdicionados](#)



[Conselheiro Jerson Domingos se despede do TCE presidindo a Sessão do Pleno](#)



[TCE-MS empossa Sergio de Paula como novo conselheiro e reforça compromisso com o fortalecimento do controle externo](#)



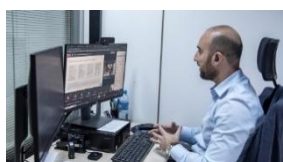
[TCE-MS torna público processo seletivo para estagiários de nível superior](#)



[TCE-MS publica editais de concursos públicos para conselheiro substituto, auditor e analista de controle externo](#)



[TCE-MS aprova Plano de Logística Sustentável alinhado à Agenda 2030](#)



[TCE-MS assume coordenação nacional de ação de promoção da sustentabilidade nas contratações públicas](#)



[Pelo 3º ano, TCE-MS é exemplo de gestão sustentável no serviço público com Selo A3P](#)



[TCE-MS institui Diretoria Extraordinária de Gestão Sustentável e alinha ações à Agenda 2030](#)



[e-Sfinge completa um mês de lançamento e 95% dos municípios enviam dados com eficiência ao TCE-MS](#)



[Estagiários de TI do TCE-MS desenvolvem aplicativo que moderniza acesso às informações institucionais](#)



[Tribunal de Contas de MS convida cidadãos à conhecerem o "Mobile TCE-MS"](#)



[Equipe apresenta ao presidente Flávio Kayatt o piloto do programa de produtividade do TCE-MS](#)



[TCE-MS realiza live sobre novo sistema recursal](#)



[TCE-MS avança na implementação da Inteligência Artificial com reunião de alinhamento do comitê](#)



[REFIC do TCE permite quitar multas com descontos de até 75% e fortalece a responsabilidade fiscal no MS](#)



[TCE-MS apresenta aos Jurisdicionados o projeto de Proteção de Dados e Integridade Pública](#)



[Controle Externo apresenta proposta de gestão para o monitoramento e cumprimento das deliberações](#)



[Primeira sessão híbrida do Pleno reforça celeridade e sustentabilidade no julgamento de processos](#)



[Pela primeira vez, cidadãos poderão sugerir áreas a serem fiscalizadas pelo TCE-MS](#)



[TCE-MS abre consulta pública inédita para criação do Novo Regimento Interno](#)



[TCE-MS lança plataforma de Inteligência Artificial Generativa e guia de uso ético da tecnologia](#)



[TCE-MS moderniza procedimentos com nova lei complementar e reforça segurança jurídica para os jurisdicionados](#)



[Consulta pública digital para o planejamento estratégico do TCE-MS vai até amanhã, 8 de agosto](#)



[TCE-MS lança pesquisa inédita sobre aplicação da LGPD nos jurisdicionados de MS](#)



[TCE-MS moderniza contratações públicas e lança novo Portal de Compras integrado ao SIGA](#)



[TCE-MS lança ferramenta de inteligência artificial em parceria com o TCU](#)



[Diretor de TI do TCE-MS explica como o ChatTCE vai transformar o controle externo](#)



[TCE-MS edita norma para garantir transparência e rastreabilidade das emendas parlamentares no Estado](#)



[Força-tarefa zera estoque acumulado de processos de aposentadorias e pensões no TCE-MS](#)



[Ação do TCE-MS contribui para corrigir e melhorar asfalto em Campo Grande](#)



[Inspeção do TCE-MS contribui para restauração em trecho do anel viário de Ponta Porã](#)



[Fiscalização do TCE-MS reforça sustentabilidade em Bonito](#)



[TCE-MS aprova auditoria de levantamento em órgãos do Estado e dos poderes executivo e legislativo](#)



[TCE-MS discute monitoramento dos Planos de Educação com membros da Rede de Assistência Técnica](#)



[TCE-MS participa de força-tarefa nacional para fiscalizar escolas públicas no Estado](#)



[Ação Nacional "Sede de Aprender" tem início com inspeção em escola municipal de Campo Grande](#)



[TCE-MS fixa entendimento sobre limites legais para aquisição de medicamentos](#)



[TCE-MS fiscaliza e impulsiona projeto que garante atendimento médico especializado à população de MS](#)



[Fiscalização no transporte escolar garante segurança e qualidade para estudantes](#)



[Decisão do TCE reforça eficiência no julgamento de admissões e aposentadorias em MS](#)



[TCE-MS identifica fragilidades e boas práticas nos Conselhos Tutelares](#)



[TCE-MS apresenta achados de auditoria e desenvolve metodologia para melhorar gestão de insumos hospitalares](#)



[TCE-MS publica orientação sobre elaboração de orçamento público](#)



[TCE-MS orienta jurisdicionados sobre o SIAFIC](#)



[Auditora do TCE é selecionada para programa internacional de formação de lideranças](#)



[TCE vai participar do "Delas Day", evento dedicado às mulheres sul-mato-grossenses](#)



[TCE-MS vai orientar gestores sobre elaboração do PPA](#)



[TCE-MS vai orientar municípios de todo o País sobre orçamento público educacional](#)



[Auditora do TCE-MS participa de Simpósio Internacional sobre Desenvolvimento Sustentável em Portugal](#)



[TCE-MS vai realizar live sobre VAAR/Fundeb](#)



[Mostra "Legado e Futuro" marca início das comemorações pelos 15 anos da Escoex](#)



[Boas práticas do TCE-MS na fiscalização do transporte escolar é destaque em congresso nacional](#)



[Projeto Despertar oferece orientação vocacional a menores aprendizes do TCE-MS](#)



[TCE-MS promove workshop sobre nova lei de enfrentamento à violência contra a mulher e responsabilidades dos municípios](#)



[TCE-MS realiza oficina técnica de atendimento assistido para Elaboração do Plano Plurianual](#)



[TCE-MS participa da segunda edição do Curso de Estudos Avançados do Instituto Rui Barbosa](#)



[TCE-MS participa do Congresso Nacional de Comunicação dos Tribunais de Contas](#)



[TCE-MS disponibiliza curso sobre o Fundeb](#)



[Qualificação de auditores gera impacto direto na vida do cidadão sul-matogrossense](#)



[TCE-MS contribui com curso nacional do MEC sobre gestão da educação infantil com foco na qualidade e equidade](#)



[TCE-MS integra discussões nacionais sobre educação pública](#)



[Resultados do Projeto Rede Cívica 2024 são apresentados ao TCE-MS e aos Tribunais de Contas](#)



[Dia Nacional do Ouvidor reforça importância da comunicação entre cidadão e instituições](#)



['Guia Ouvidoria e Transparência' é o TCE-MS mais perto do cidadão](#)



[Corregedora da Presidência da República elogia publicação do TCE-MS](#)



[TCE-MS publica versão atualizada da Carta de Serviços ao Usuário 2025](#)



[Corregedoria Day destaca importância da saúde mental](#)



[TCU conhece Programa da Primeira Infância do TCE-MS](#)



[TCE-MS participa de reunião de Comitê Técnico da Primeira Infância do IRB](#)



[Webinário destaca importância de priorizar a primeira infância no planejamento e orçamento municipal](#)



[TCE-MS apresenta boas práticas em defesa da primeira infância e inovação tecnológica no 3º LABTCS](#)



[TCE-MS consolida 2 anos do Programa da Primeira Infância em evento com mais de mil participantes](#)



[TCE-MS disponibiliza curso sobre planejamento estratégico para municípios com foco na primeira infância](#)



[Programa da Primeira Infância do TCE-MS inspira outros Tribunais de Contas e reforça papel do PPA na fiscalização](#)



[TCE-MS apresenta experiências de apoio aos municípios no II Encontro Nacional da Primeira Infância](#)



[Com foco na Primeira Infância, TCE-MS debate a falta de vagas em creches na Capital](#)



[TCE-MS orienta jurisdicionados sobre inserção de ações do PMPI no orçamento público](#)



[Comitê da Primeira Infância do TCE-MS define ações estratégicas para 2026](#)



[TCE-MS percorre o estado com orientações sobre o Programa Integrado pela Garantia dos Direitos da Primeira Infância](#)



[TCE-MS apresenta resultados e metas em reunião do Comitê Ampliado da Primeira Infância](#)



[TCE-MS adere à campanha “Janeiro Branco” sobre saúde mental e emocional](#)



[TCE inicia semana incentivando servidores para doação de medula óssea](#)



[TCE-MS celebra Mês da Mulher com programação especial às servidoras](#)



[TCE-MS encerra mês da mulher com reflexão sobre os desafios no enfrentamento à violência de gênero](#)



[TCE-MS celebra o Dia Nacional do Auditor com palestra sobre desafios e expectativas da profissão](#)



[TCE-MS adere à campanha “Seu Abraço Aquece” em cerimônia com presença da primeira-dama do Estado](#)



[TCE-MS promove feira com opções artesanais para presentear no Dia das Mães](#)



[Presidente do TCE-MS recebe desembargadora Jaceguara e reforça apoio à Caminhada “Todos por Elas”](#)



[TCE-MS lança Programa de Preparação para Aposentadoria e reforça política de valorização dos servidores](#)



[TCE-MS apoia a 2ª edição da Caminhada “Todos por Elas”](#)



[“Todos Por Elas”, Tribunal de Contas reforça luta contra a violência de gênero em MS](#)



[Sustentabilidade em foco: TCE-MS abre exposição sobre design circular e convida à reflexão ambiental](#)



[TCE-MS vai promover seminário sobre o enfrentamento à violência contra mulheres e meninas](#)



[TCE-MS promove ação social com entrega de fraldas à idosos do Asilo São João Bosco](#)



[Presidente do TCE-MS recebe mães para tratar de demandas das crianças atípicas](#)



[Servidores do TCE-MS aderem à campanha de doação de sangue promovida na instituição](#)



[TCE-MS apresenta a exposição “Tão Longe e Tão Perto: Um Olhar Gráfico ao Redor”](#)



[TCE-MS: 45 anos de avanços no controle externo e serviço à sociedade](#)



[TCE-MS e MPMS celebram Acordo de Cooperação Técnica entre as instituições](#)



[TCE-MS e TJMS trocam experiência para enfrentamento ao assédio e discriminação](#)



[Presidente do TCE recebe Comissão de Acompanhamento das Demandas do Movimento de Mães Atípicas](#)



[TCE-MS recebe visita da presidente do Hospital de Câncer Alfredo Abrão](#)



[Presidente do IRB quer levar projeto do TCE-MS para todo o Brasil](#)



[Presidente do TCE-MS recebe convite para Congresso Nacional de Juristas Católicos](#)



[TCE-MS reforça parceria com municípios e Governo do Estado em prol da boa gestão pública](#)



[TCE-MS oficializa adesão à Rede de Controle da Gestão Pública de Mato Grosso do Sul](#)



[TCE-MS apresenta à UFMS boas práticas do programa de combate ao assédio](#)



[TCE-MS participa de encontro estadual que fortalece a educação legislativa e cidadã](#)



[TCE-MS e Governo do Estado assinam Termo de Cooperação do Programa de Refinanciamento – REFIC](#)



[TCE-MS ouve gestoras municipais e propõe ação conjunta para fortalecer políticas públicas às mulheres](#)



[Experiência do TCE-MS contribui para aprimorar estratégias de prevenção à corrupção no País](#)



[TCE-MS e FONPLATA discutem auditoria em projeto financiado com recursos internacionais](#)



[Boas práticas do TCE-MS inspiram outros Tribunais de Contas durante seminário do BID](#)



[TCE-MS cria comissão e articula ações conjuntas para acompanhar a Reforma Tributária](#)



[TCE-MS assina Carta Compromisso 2025 no ENCCO e fortalece a transparência e governança](#)



[TCE-MS recebe Diretor da ANPD para apresentar avanços na implementação da LGPD](#)



[TCE-MS reforça apoio pedagógico aos gestores na implementação da LGPD](#)

# Gestão de Pessoas

## Ações relevantes em 2025

O relatório apresentado destaca as principais atividades realizadas pela Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP) do Tribunal de Contas do Mato Grosso do Sul (TCE/MS) durante o exercício de 2025. As ações foram estrategicamente orientadas para o desenvolvimento organizacional e a inteligência de dados, com foco na melhoria do clima interno e no bem-estar dos servidores.

Com enfoque na sistematização, as mudanças que ocorreram durante o ano representaram um avanço considerável para a Instituição no quesito modernização digital. Ao criar um ambiente de trabalho mais produtivo, a Diretoria implementou medidas que otimizaram o tempo e os recursos, permitindo que o servidor se dedique prioritariamente às suas atividades finalísticas, reduzindo a carga burocrática cotidiana. Este documento descreve os resultados alcançados e a modernização na gestão, essenciais para o sucesso e o crescimento sustentável do Tribunal de Contas do Mato Grosso do Sul.

Em resumo, 2025 foi um ano de profunda sistematização e inteligência de dados. A Diretoria de Gestão de Pessoas abraçou a modernização, entregando um ambiente de trabalho desburocratizado e focado no resultado finalístico. Os alicerces tecnológicos e as políticas de gestão de pessoas estabelecidos neste período posicionam a DGP para um crescimento sustentável, reforçando a Instituição como um modelo de referência em gestão de capital humano para os próximos anos.

## Coordenadoria de Administração de Pessoal – COAP

A Coordenadoria de Administração de Pessoal, responsável pela gestão integral da vida funcional, documentação e controle de concessões. O ano foi marcado por uma reestruturação tecnológica profunda.

**Migração de Sistema:** Em outubro de 2025, foi realizada a migração para um novo sistema de gestão, integrando o cadastro de pessoal à folha de pagamento. A mudança garantiu maior integridade e agilidade no processamento de dados.

**Segurança da Informação:** Concluído em março de 2025, o projeto de digitalização e arquivamento biométrico assegurou a guarda documental. A tramitação de documentos internos tornou-se 100% digital, com validação por assinatura eletrônica.

**Modernização do Processo de Posse:** O processo de posse foi digitalizado via SEI, eliminando a entrega física de documentos. O servidor comparece ao Tribunal apenas para iniciar sua jornada de trabalho.

**Recadastramento e Atualização de Dados:** Em agosto de 2025, foi realizada uma ação de recadastramento para atualizar dados críticos dos servidores, incluindo adaptações para teletrabalho com envio de e-mails pessoais.

**Autonomia e Transparência no Portal do Servidor:** A gestão de férias e frequência foi centralizada no Portal do Servidor, permitindo autonomia ao usuário e visão gerencial integrada para as chefias.

**Gestão do Programa de Aprendizagem:** A coordenadoria monitorou o programa de menores aprendizes, oferecendo suporte desde a lotação até a frequência, promovendo a inserção profissional.

**Formalização e Rastreabilidade de Concessões:** Benefícios como Usufruto de Plantão e Folga Prêmio passaram a ser averbados nas fichas funcionais, garantindo rastreabilidade e transparência.

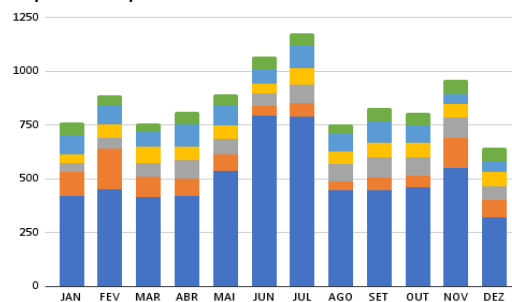
## Coordenadoria de Benefícios, Desempenho e Teletrabalho - CBDT

Responsável pela gestão de direitos, benefícios estatutários e previdenciários, a unidade consolidou em 2025 um modelo focado na desburocratização e na celeridade. Destaques do período incluem a digitalização dos fluxos de requerimentos e o aperfeiçoamento técnico do Programa de Produtividade, desenvolvido em parceria com as áreas de controle. Aliando inovação tecnológica à capacitação contínua da equipe, a CBDT manteve a excelência no atendimento humanizado e na orientação diária sobre a vida funcional de servidores, aposentados e pensionistas.

**Portal do Servidor:** Desenvolvido para centralizar e simplificar a vida funcional, digitalizou fluxos essenciais. E a partir de 2025, o servidor pode fazer solicitações online: teletrabalho, auxílio-educação, apostilamento de nome e licenças maternidade, paternidade, casamento e luto, garantindo padronização, segurança e agilidade no atendimento.

**Digitalização Processual:** Iniciado em outubro de 2024 e concluído ao final de 2025, a CBDT mapeou e digitalizou integralmente seu arquivo físico, cumprindo a tabela de temporalidade. O esforço culminou na migração de mais de 6.800 processos para o formato digital, assegurando agilidade na consulta e otimização do espaço físico.

**Programa de Produtividade:** O ano de 2025 marcou o Programa de Produtividade como ferramenta estratégica de gestão. Ao monitorar a análise de 10.363 processos, a administração obteve dados precisos sobre sua força de trabalho, subsidiando decisões para entregas tempestivas. Visando o futuro, foi concluído um Projeto Piloto que mapeia a complexidade de novas atividades, deixando a metodologia pronta para expansão em 2026.



**Teletrabalho:** Com base no Programa de Produtividade, 75% das Divisões de Fiscalização adotaram o teletrabalho. A política foi consolidada por meio de estudos e gestão eficaz da CBDT.

## Coordenadoria de Folha de Pagamento - CFP

Responsável pelo processamento financeiro e a integridade dos dados remuneratórios, a Coordenadoria de Folha de Pagamento no ano 2025 passou por um ciclo de modernização tecnológica e revisão de fluxos. O foco do exercício foi elevar a segurança, a transparência e a integração entre as áreas funcionais e financeiras, assegurando que os pagamentos do TCE-MS e do Ministério Público de Contas (MPC) ocorram com máxima eficiência e em conformidade com as exigências legais.

**Modernização da Folha de Pagamento:** A migração para uma plataforma web integrou registros funcionais e financeiros, promovendo maior agilidade, controle e segurança no processamento mensal da folha de pagamento.

**Reformulação do Portal da Transparência:** O portal foi otimizado para padronizar e garantir a confiabilidade de dados sobre remunerações e vínculos, atendendo às exigências legais e facilitando o acesso público à informação.

**Gestão Bancária e Créditos Consignados:** A contratação de nova instituição bancária e o convênio com o Banco SICRED ampliaram serviços financeiros e ofereceram créditos consignados com condições vantajosas para os servidores.

**Otimização de Fluxos no Sistema HOLOS:** Rotinas claras foram definidas no sistema HOLOS para pagamentos específicos, aprimorando atividades da ESCOEX e do Controle Externo.

## Coordenadoria de Saúde e Qualidade de Vida - CSQV

A Coordenadoria de Saúde e Qualidade de Vida é responsável por fomentar a saúde integral, a prevenção de doenças e o cuidado direto com o servidor. Através de ações proativas, o setor também gerencia e monitora licenças, afastamentos e atestados médicos dos servidores.

**Ações de Conscientização:** Campanhas mensais promovem autocuidado e bem-estar contínuo, beneficiando servidores e sociedade, com base em um planejamento anual consolidado.

**Atendimento Ambulatorial:** Serviço essencial de prevenção e assistência imediata, oferecendo suporte de enfermagem e primeiros socorros dentro da instituição.

**Ações com os Psicólogos da Instituição:** Projetos como "Mente Leve, Trabalho Forte" e "Café com Psicólogo" promovem equilíbrio no ambiente laboral e diagnósticos de clima organizacional.

**Programa de Preparação para Aposentadoria:** Lançado em 2025, oferece palestras e orientações para qualidade de vida e planejamento financeiro na aposentadoria.

**Programa Vencendo o Tabagismo:** Em parceria com a SESAUI, incentiva servidores a abandonar o tabagismo, melhorando sua saúde e desempenho laboral.

**Manejo de Planos de Saúde:** A CSQV gerencia adesões, exclusões e suporte técnico para mais de mil vidas, garantindo regularidade contratual e prevenindo inconsistências.

**Ginástica Laboral e Mat Pilates:** Atividades diárias e agendadas promovem saúde física, prevenção de lesões, fortalecimento muscular e correção postural.

**Portal do Servidor:** Digitalização de atestados médicos e comprovantes de doação de sangue moderniza a gestão de afastamentos e agiliza o atendimento ao servidor.

## Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação - DTI

A Resolução TCE-MS n.º 261, de 9 de outubro de 2025, estabelece que a Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) tem por finalidade gerir os serviços de informática e de Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC), bem como prover a infraestrutura de TIC, as plataformas de suporte e operacionalização dos serviços digitais, de segurança e de inteligência necessários ao alcance dos resultados institucionais e à evolução digital no âmbito do Tribunal, contando com a seguinte estrutura:

- I - Assessoria Administrativa de Tecnologias da Informação e da Comunicação;
- II - Coordenadoria de Projetos de Tecnologias da Informação e da Comunicação;
- III - Coordenadoria de Infraestrutura e Segurança de Tecnologias da Informação e da Comunicação;
- IV - Coordenadoria de Gestão de Dados, Informação e Inteligência Artificial;
- V - Coordenadoria de Suporte e Operação de Tecnologias da Informação e da Comunicação;
- VI - Coordenadoria de Desenvolvimento de Sistemas.

### Principais ações desenvolvidas pela DTI no ano de 2025.

No exercício de 2025, a Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação consolidou avanços estruturantes voltados à modernização institucional, fortalecimento da governança de TIC, ampliação da transparência e incremento da eficiência dos serviços digitais prestados ao público interno e externo.

Além das entregas implementadas, a DTI apresentou evolução significativa em desempenho operacional e maturidade de gestão. Observou-se crescimento superior a 160% na capacidade produtiva em comparação ao cenário anterior, com índice de execução aproximado de 97% das demandas prioritizadas. Houve aumento consistente no volume de entregas ao longo do ano, alcançando picos superiores a 120 histórias mensais no segundo semestre, refletindo maior previsibilidade, organização por times e eficiência na execução.

Destaca-se ainda a redução do tempo médio de atendimento e a ampliação da capacidade operacional da equipe, evidenciando ganhos concretos de produtividade e melhor resposta às demandas estratégicas do Tribunal.

No campo da governança, foram estruturados times de trabalho, formalizado o uso de metodologia ágil, organizados backlogs de produto e implantado planejamento sistemático por sprints, fortalecendo o alinhamento entre a DTI e os projetos estratégicos institucionais.

As ações desenvolvidas em 2025 evidenciam o alinhamento da DTI com os objetivos estratégicos institucionais, promovendo maior integração entre sistemas, fortalecimento da segurança da informação, ampliação da transparência ativa, modernização dos serviços digitais, incorporação de soluções baseadas em inteligência artificial e aprimoramento contínuo da governança e da capacidade de entrega tecnológica no âmbito do Tribunal.

Dentre as principais entregas e iniciativas implementadas, destacam-se:

- Autuador integrado ao E-Sfinge;
- Novo layout do Portal da Transparência;
- Novo Portal E-Sfinge;
- Monitoramento da sala-cofre e da UPS;
- Inventário patrimonial atualizado;
- Painel gerencial para fiscalização;
- Novo Portal E- SIC;
- Novo layout no Portal do Jurisdicionado;
- Boletos com QRCode PIX;
- Novo módulo de comunicação no E-Sfinge;
- Gemini disponibilizado;
- IA liberada para análises e relatórios;
- Painel PAF;
- Consulta CPF;
- Novos canais de atendimento na Central de Atendimento;
- Lançamento do APP TCE-MS;
- Novo Portal Escoex;
- Painel Estratégico de Fiscalização;
- ChatTCE;
- Sistema de eventos com check-in via QR Code;
- Portal de Compras;
- Novo Portal MPC;
- Intimação múltipla no E-TCE;
- Sala do Prefeito;
- REFIC II;
- Min.IO;
- Novo layout PAI;
- Quiz de Prevenção de Assédio;
- ChatTCE - Jurisprudência;
- Formulário de Fiscalização;
- Novo Portal IEGM; e
- Ouro no Portal da Transparência;

## Secretaria de Comunicação - SECOM

Publicamos **2660** matérias positivas na imprensa, sendo **894** publicações espontâneas e **1766** republicações dos releases encaminhados, alcançamos a média expressiva de **8** publicações por dia. Entre os assuntos mais repercutidos tivemos:

- 46** Matérias – Orientações técnicas, capacitação e Diálogo com gestores
- 44** Matérias – Participação institucional / Eventos e visitas oficiais
- 38** Matérias – Suspensão de licitações / Fiscalização de contratos
- 38** Matérias – Sessões do Pleno
- 36** Matérias – Posse do Presidente, Conselheiro Flávio Kayatt
- 36** Matérias – Programa Integrado pela Garantia dos Direitos da Primeira Infância
- 32** Matérias – Transparência, governança e prestação de contas

No Audiovisual foram produzidos 546 produtos, entre vídeos e transmissões, assim distribuídos:

- 030** - Programas Notícias TCE/MS
- 007** - Videocast TCE/MS
- 049** - Documentários E Filmes
- 229** - Boletins Diários
- 011** - Captação e Transmissão Ao Vivo Das Sessões (auditório TCEMS)
- 004** - Captação e Transmissão De Palestras E Seminários (auditório TCEMS e Escoex)
- 146** - Vídeos para ESCOEX
- 025** - Vídeos de Programas Especiais Durante O Ano
- 015** - Vídeos de Encontros Regionais TCE/MS
- 003** - Espaço Cultural TCE/MS
- 006** - Boletim Atricon
- 005** - Gravação das Fiscalizações Externas do TCE/MS
- 012** - Programa Gestão Pública / Jurisprudência
- 004** - Tutorial

Publicidade e Mídias Sociais:

- 33** Campanhas para eventos
- 77** Campanhas para palestras, seminários, cursos e treinamentos
- 661** Matérias Institucionais, avisos, placas, comunicados e datas comemorativas

Foram publicadas:

- 328** Edições do **Diário Oficial Eletrônico**, incluindo as Edições Extras.

## Controladoria - CTR

A Diretoria de Controle Interno, atualmente denominada **Controladoria (CTR)** pelo advento da Resolução TCE/MS nº 228/2024, tem por finalidade zelar pela observância da conformidade com leis e regulamentos aplicáveis, com vistas a garantir a eficiência operacional e ética do Tribunal.

A Controladoria é responsável pelo planejamento, gerenciamento e desempenho das atividades de Controle Interno e pela coordenação, orientação, avaliação e padronização dos procedimentos e rotinas de trabalho para operacionalização do Sistema de Controle Interno, conforme art. 2º da Resolução TCE nº 61/2017. P

Possui, dentre suas atribuições, elaborar o Plano Anual de Auditoria Interna – PAAINT. Referido documento, cuja atividade encontra-se em andamento, tem foco na operacionalização dos controles internos administrativos nas Unidades Gestoras de Controle Interno e dos Gestores e Fiscais de contratos, a fim de contribuir para o aprimoramento da gestão por meio da avaliação da eficácia dessas unidades e funções, nos termos do art. 5º da Resolução ATRICON nº 04/2014.

Em 2025, a Controladoria emitiu parecer técnico em todos os processos de contratações do TCE-MS, nos processos de registro de atos de pessoal e nas análises de diárias; emitiu parecer conclusivo sobre a prestação de contas anual e do Fundo Especial de Desenvolvimento, Modernização e Aperfeiçoamento do Tribunal. Além disso, realiza atividade permanente de monitoramento das recomendações exaradas.

Participa anualmente do Programa Nacional de Transparência Pública - PNTP.

No exercício de 2025 foram emitidas **556 manifestações formais** em processos administrativos, sendo **220 Pareceres** focados na observância das formalidades processuais e na emissão de recomendações para o aperfeiçoamento da gestão; **329 Análises de Diárias; 6 Análises de Atos de Pessoal; e 1 Relatório de Auditoria.**

Além dessas emissões essenciais, conduzimos o **Monitoramento** sistemático das unidades gestoras. Esse acompanhamento tem garantido a implementação das ações corretivas recomendadas, agregando valor à organização e fortalecendo os controles internos, a governança e a gestão de riscos.

# Ouvidoria

## Atividades desenvolvidas em 2025

1. Participação do Comitê Técnico de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação no Âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (PREVAD);
2. Disponibilização da **Cartilha de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral, Assédio Sexual e à Discriminação** no portal da Ouvidoria;
3. Participação no evento **“Ouvidoria Day” 2025**;
4. Disponibilização do **Guia Prático** para auxiliar os municípios na implementação de ouvidorias no portal da Ouvidoria;
5. Participação no **Grupo de Trabalho da Rede Integrar**, ação n. 8, participação cidadã;
6. Atualização periódica da **Carta de Serviços ao Usuário**, edição 2025;
7. Participação no **ENCCO 2025** – Encontro Nacional das Corregedorias e Ouvidorias dos Tribunais de Contas do Brasil, realizado em Macapá;
8. Participação no **Comitê Gestor de Proteção de Dados – COGPD**;
9. **Atualização da página de avaliação dos trabalhos da Ouvidoria do TCE-MS, com a implantação dos resultados da pesquisa de satisfação**;
10. **Cumprimento de 100% das metas definidas pelo Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas (MMD-TC)**, principal instrumento de avaliação do projeto Qualidade e Agilidade dos Tribunais de Contas (QATC), criado pela ATRICON;
11. **Atualização da página e-Sic**, em atenção a Lei de Acesso à Informação (Lei Federal n. 12.527/2011);
12. **Apresentação dos resultados do TCE-MS do Projeto Rede Cívica 2024 aos Tribunais de Contas**;
13. Participação na criação do **“quiz do Prevad”**;
14. Atualização da Legislação disponível no portal da Ouvidoria do TCE-MS;
15. Criação do **“Guia Ouvidoria e Transparência”**;
16. Apresentação à UFMS do Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral e Sexual e Discriminação Desenvolvido no âmbito do TCE-MS;
17. **Participação do encerramento do Projeto Comunica Atricon**;

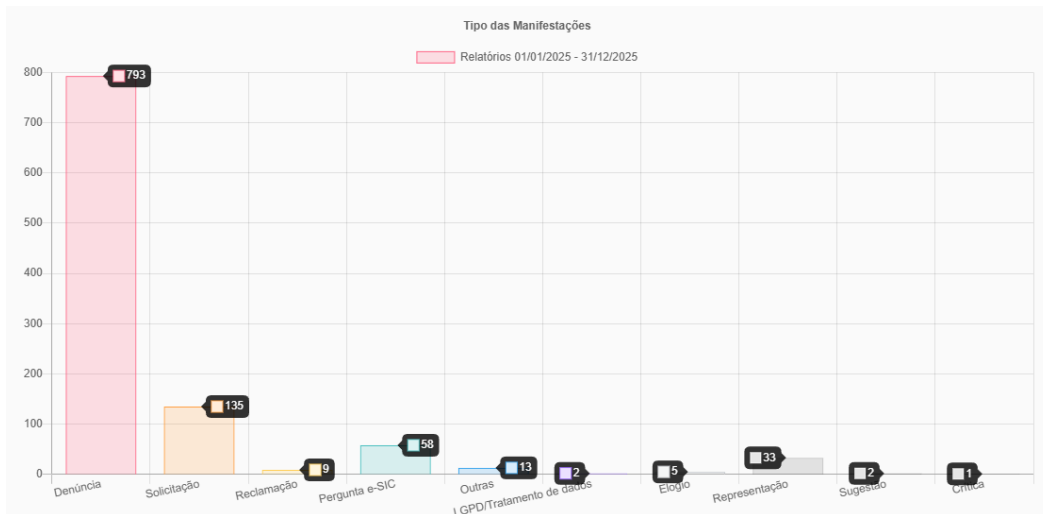
18. Inclusão do assunto **“Emendas Parlamentares”** como nova categoria de solicitação no portal da Ouvidoria do TCE-MS, as quais serão encaminhadas à Diretoria de Controle Externo;

## Manifestações Recebidas

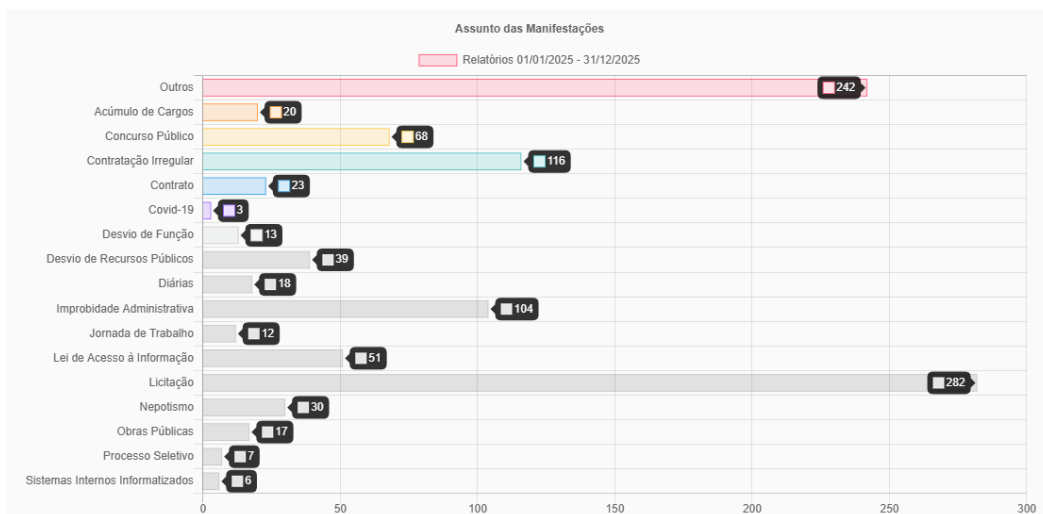
A manifestação é uma forma de o cidadão expressar à Ouvidoria seus anseios, angústias, dúvidas, opiniões e sua satisfação com o atendimento ou serviço recebido, podendo assim auxiliar o Poder Público a aprimorar a gestão pública e serviços, combatendo a prática de atos ilícitos.

As manifestações podem ser acompanhadas através do site do TCE-MS, são denominadas como denúncia/comunicação de irregularidade, solicitação, reclamação, elogio, crítica, sugestão, dúvida, pedido de acesso à informação, LGPD/Tratamento de dados e denúncia de assédio/discriminação.

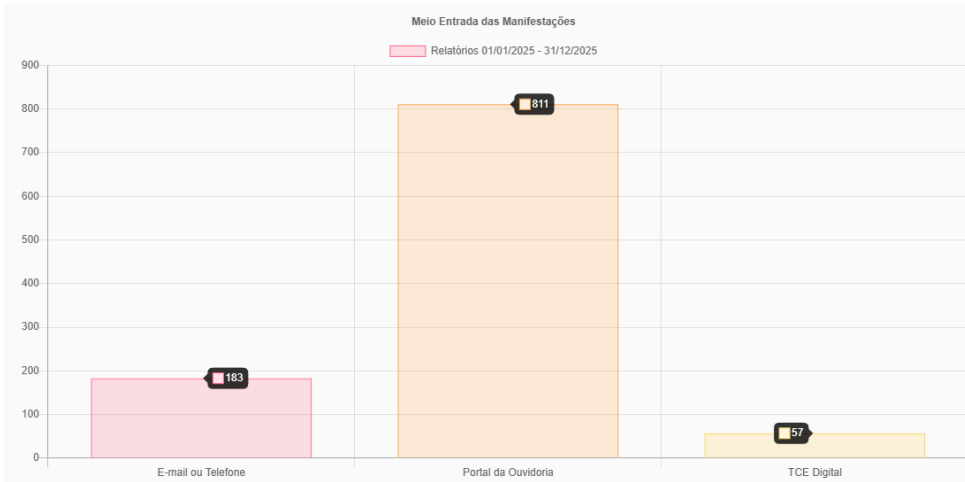
A Ouvidoria do TCE-MS, durante o ano de 2025, recebeu 1051 manifestações sendo elas:



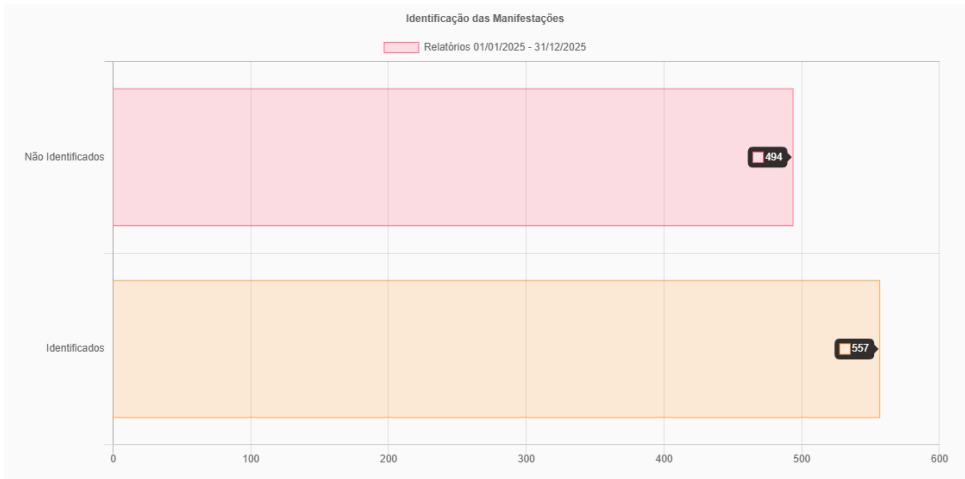
[www.tce.ms.gov.br/ouvidoria/relatórios](http://www.tce.ms.gov.br/ouvidoria/relatórios)



[www.tce.ms.gov.br/ouvidoria/relatórios](http://www.tce.ms.gov.br/ouvidoria/relatórios)



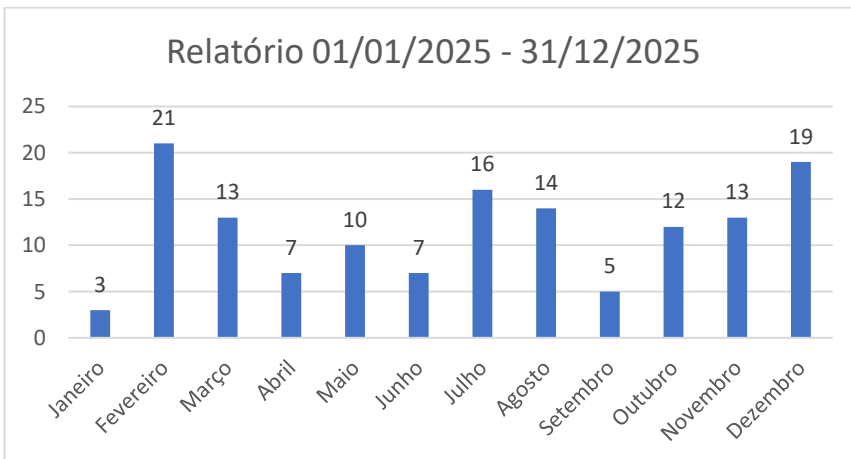
[www.tce.ms.gov.br/ouvidoria/relatorios](http://www.tce.ms.gov.br/ouvidoria/relatorios)



[www.tce.ms.gov.br/ouvidoria/relatorios](http://www.tce.ms.gov.br/ouvidoria/relatorios)

## Atendimento Resolvido sem Autuação Processual

No ano de 2025 foram encaminhadas 140 solicitações por e-mail, solucionadas sem a necessidade de autuação processual, número que reforça a eficácia do atendimento da Ouvidoria do TCE-MS.



Fonte: Ouvidoria

## Corregedoria-Geral

- O Conselheiro Corregedor-Geral, no uso de suas atribuições, durante o ano de 2025, expediu **10 Provimentos**;
- O **Regimento Setorial da Corregedoria-Geral do TCE-MS** foi implantado conforme a Resolução TCE-MS nº 227/2024;
- Apresentou ao pleno o Relatório Consolidado das **Atividades Desenvolvidas pela Corregedoria-Geral do Tribunal de Contas em 2024 e Planejamento para 2025**, sendo homologado pela Ata nº 5, referente a Sessão Ordinária Presencial do Tribunal Pleno, realizada em 26 de março de 2025;
- Elaborou o Relatório Consolidado de **Desempenho Anual das Atividades do TCE-MS**;
- Emitiu e publicou os **Relatórios Estatísticos mensais**, no site do TCE-MS, na página da Corregedoria-Geral;
- Atuou na **Comissão de Ética**, no **Comitê de Avaliação e Preservação de Documentos (CDOC)**, na comissão **do Estágio Probatório**, na comissão de **Processo Disciplinar**, nas comissões de **Sindicância Administrativa**, no comitê **“Técnico de Prevenção e enfrentamento do Assédio Moral, Sexual e da Discriminação”**, no comitê de **Segurança da Informação “CSI”** e no Comitê de **Gestão Tática**;
- Desenvolveu e divulgou campanhas sobre o **Dia Internacional da Ética** e o **Dia Nacional da Ética**;
- Produziu e divulgou a campanha de **“Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral, Sexual e à Discriminação”**;
- Aprimorou o **atendimento das demandas da Corregedoria** do TCE-MS;
- Participou da pesquisa **Clima e Cultura Organizacional**;
- Esteve presente no **ENCCO 2025** e participou ativamente das **reuniões nacionais do Comitê de Mapeamento de Processos das Corregedorias** dos Tribunais de Contas e assinatura da Carta Compromisso das Corregedorias;
- Atualizou site e as **notícias da corregedoria**, no site do TCE-MS, em linguagem acessível à sociedade;
- Implantou no site do TCE-MS na aba Corregedoria o link **“Quiz Prevad”**, **divulgou campanha interna** onde os servidores através desse “Quiz” testaram seu conhecimento sobre temas como assédio moral, assédio sexual e discriminação que acontecem no ambiente de trabalho, uma oportunidade de aprendizado, esclarecimento e fortalecimento de atitudes positivas no dia a dia profissional.
- Atualizou o **Código de Conduta Ética para o TCE-MS**, envolvendo todos os setores, conferindo legitimidade às adequações e trazendo adaptações necessárias à realidade das organizações públicas;
- Desenvolveu **campanha de divulgação do Código de Conduta Ética**, aprovado pela Resolução TCE-MS nº 265, de 23 de outubro de 2025; e
- Realizou a **correição ordinária com análise de riscos consolidada**, matriz de risco, análise por controles, análise risco por Unidade Organizacional.

# Secretaria de Proteção de Dados - SEPROD

## Resultados alcançados 2025

### Secretaria de Proteção de Dados e Comitê Gestor de Proteção de Dados

O Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (TCE-MS) tem implementado diversas ações e projetos voltados à proteção de dados, transparência e controle social, alinhados às legislações vigentes, como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e a Lei de Acesso à Informação (LAI).

Confira as principais iniciativas:

**Autoavaliação e Mapeamento de Dados:** Realização de diagnóstico interno para identificar e mapear os dados tratados pelo Tribunal, visando maior conformidade com a LGPD.

**Atualização do ROPA:** Revisão e atualização do Registro de Operações de Tratamento de Dados Pessoais (ROPA), garantindo maior precisão e adequação às normas de proteção de dados.

**Atualização da LGPD na ESCOEX:** Inclusão de cláusulas de proteção de dados e termos de consentimento de uso de imagem e inscrições em cursos e eventos promovidos pela Escola Superior de Controle Externo (ESCOEX).

**Cartilha “Ouvidoria e Transparência”:** Confecção e publicação de material educativo intitulado “Ouvidoria e Transparência: como a Lei de Acesso à Informação (LAI) e a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) fortalecem o controle social”, com o objetivo de conscientizar sobre a importância da transparência e proteção de dados.

**Painel ROPA:** Publicação de um painel com níveis de acesso diferenciados. O acesso externo, por meio do Portal LGPD, apresenta dados reduzidos, enquanto o acesso interno, via PAI, detalha a análise de riscos.

**Resolução N° 264/2025:** Desenvolvimento e publicação de norma que regulamenta o uso de ferramentas de Inteligência Artificial no âmbito do TCE-MS, promovendo inovação e segurança.

**Guia Rápido de Inteligência Artificial:** Criação e divulgação de um guia prático sobre o uso de Inteligência Artificial no Tribunal, facilitando o entendimento e aplicação da tecnologia.

**Cartilha “Desvendando a LGPD – Controle Externo”:** Elaboração de material explicativo sobre a LGPD, voltado ao controle externo, para orientar os jurisdicionados.

**Projeto Pedagógico “Proteção de Dados e Integridade Pública”:** Instituição do projeto pedagógico por meio da Resolução N° 259/2025, com foco em apoio técnico aos jurisdicionados sobre proteção de dados e integridade pública.

**Página LGPD para Jurisdicionados:** Criação de uma página específica no site do Tribunal, dedicada a informações e orientações sobre a LGPD para os jurisdicionados.

**Cartilha “Seus Dados Importam!”:** Produção de material educativo com dicas simples para segurança e privacidade digital, incentivando boas práticas no uso de dados pessoais.

**Plano de Capacitação 2026/2027:** Desenvolvimento de um plano de capacitação no âmbito do Projeto Proteção de Dados e Integridade Pública, visando qualificar os jurisdicionados e servidores para os desafios da proteção de dados.

Essas iniciativas reforçam o compromisso do TCE-MS com a transparência, a proteção de dados e o fortalecimento do controle social, promovendo maior segurança e integridade nas relações institucionais e com os jurisdicionados.

## ESCOEX

A Escola Superior de Controle Externo (Escoex) é o espaço de aprendizado contínuo do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (TCE/MS), desempenhando um papel essencial na formação e no desenvolvimento das competências técnicas de servidores e jurisdicionados. Com a missão de promover ações educacionais que aprimorem a qualidade dos serviços prestados pelo Tribunal, a Escoex contribui diretamente para o fortalecimento da gestão pública em benefício da sociedade.

Comprometida com a excelência, a Escoex oferece capacitações presenciais e a distância, abrangendo áreas como fiscalização, planejamento, gestão orçamentária, financeira, contábil, pessoal e patrimonial.

A Escoex reafirma seu compromisso com a profissionalização e qualificação, garantindo formação acessível e de qualidade para todos os interessados.

No ano de 2025 foram realizadas **96 ações educacionais**, totalizando **750 horas/aula**, com **19.839 inscrições** que contemplaram **11.463 capacitados**, incluindo **3.602 servidores**, **2.344 jurisdicionados** e **5.517 membros da sociedade**.



## Diretoria de Controle Externo - DCE

A Diretoria de Controle Externo busca constantemente o aperfeiçoamento da atividade-fim do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, contando com o apoio da seguinte estrutura a partir da Resolução TCE/MS Nº 228, de 10 de outubro de 2024:

I - Coordenadoria de Planejamento do Controle Externo;

II - Coordenadoria de Apoio ao Controle Externo;

III – Coordenadoria de Gerenciamento de Controle Externo; (Alterado pela Resolução nº 262/2025)

IV – Unidades de Auxílio Técnico:

a) Divisão de Fiscalização de Educação;

b) Divisão de Fiscalização de Saúde;

c) Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal;

d) Divisão de Fiscalização de Contratações Públicas;

e) Divisão de Fiscalização de Contas Públicas

f) Divisão de Fiscalização de Obras, Serviços de Engenharia e Meio Ambiente, composta por um Laboratório de Obras Rodoviárias;

g) Divisão de Fiscalização Especial;

## Tribunal em Números



# 9963

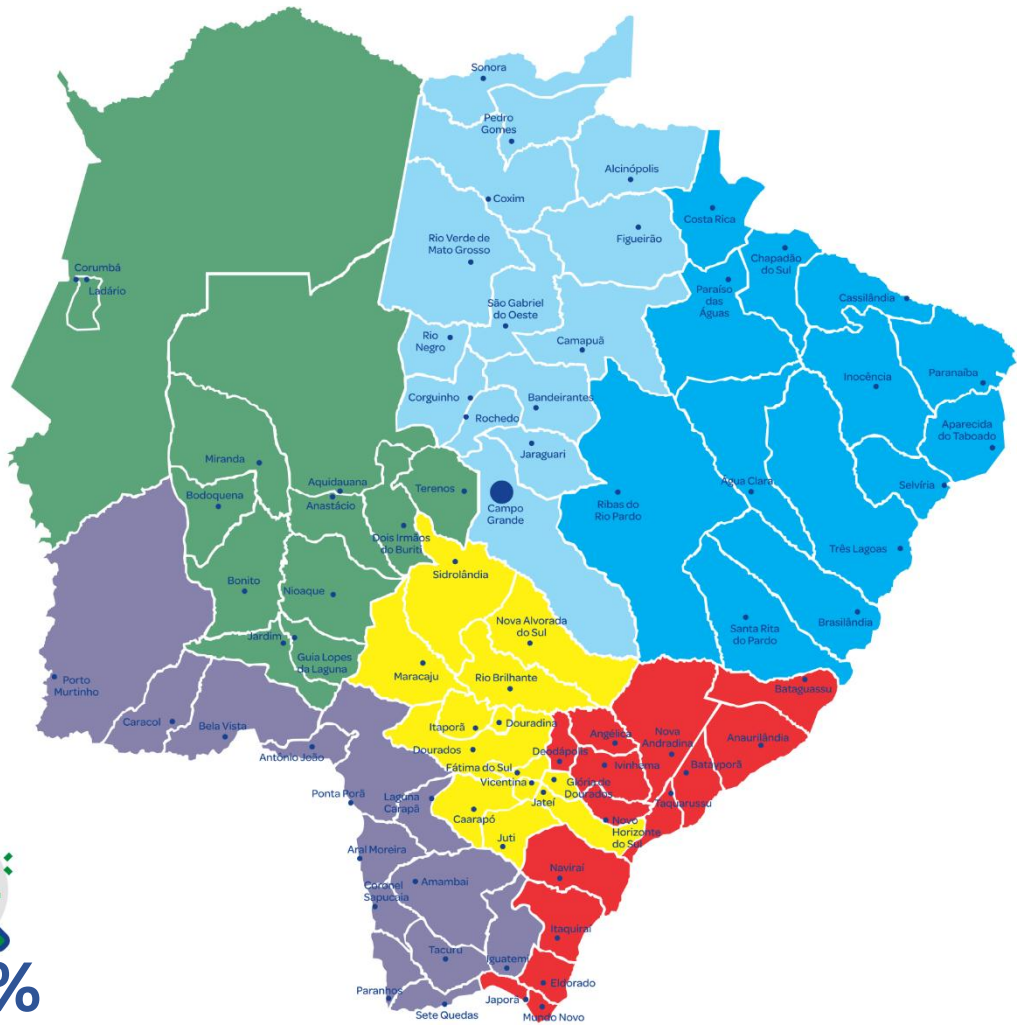
## PROCESSOS



**8548**  
PROCESSOS  
AUTUADOS



**8879**  
PROCESSOS  
JULGADOS



  
**100%**

**MUNICÍPIOS  
AUDITADOS**



**32  
FISCALIZAÇÕES DE  
ATOS DE PESSOAL**



**9  
AUDITORIAS  
OPERACIONAIS**



**77  
FISCALIZAÇÕES  
DE CONTRATAÇÃO  
PÚBLICA**



**61  
FISCALIZAÇÕES  
EM EDUCAÇÃO**



**17  
FISCALIZAÇÕES  
DE OBRAS**



**35  
FISCALIZAÇÕES  
DE SAÚDE**



**29  
FISCALIZAÇÕES EM CONTAS  
DE GOVERNO E GESTÃO**



**TOTALIZANDO 260 FISCALIZAÇÕES CONCLUÍDAS  
NO VALOR DE R\$ 34.635.082.788,69**

## Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal

Em 2025 foram realizadas e concluídas **32 fiscalizações, 8 atendimentos presenciais, 4.155 processos analisados e 2851 registros de Atos de Pessoal**, totalizando a **fiscalização de R\$ 1.471.051.195,00** em recursos públicos.

### Observação

A **DFPESSOAL**, no cumprimento de suas atribuições regimentais atuou em feitos de natureza prioritária garantindo **resposta técnica eficaz em 39 processos**, compreendendo, de forma consolidada, **denúncias e representações** submetidas à apreciação desta Corte de Contas.

### Fiscalização Destaque

A auditoria de conformidade no PreviPorã (TC/1816/2025) teve como objeto a concessão de benefícios previdenciários, visando validar a observância da legislação e a exatidão dos cálculos de aposentadorias e pensões. O relatório destacou-se nas fiscalizações de 2025 devido à **identificação de distorções nos cálculos dos proventos, causadas pela aplicação inadequada das regras da EC 103/2019, existência de falecidos entre os beneficiários bem como a fixação de benefícios em valores inferiores ao salário mínimo.**

## Divisão de Fiscalização de Contratações Públicas

Foram **concluídas 53 fiscalizações de 77 realizadas** no ano de 2025, totalizando a **análise de R\$ 4.104.535.209,96 de recursos públicos** em **608 processos** analisados, mantendo **485 processos em estoque**. Ao longo do período foram atendidas **175 solicitações de providências, 228 análises de Controle Prévio**, que geraram **32 liminares e 32 cautelares** concedidas.

### Observação

Além das análises de controle prévio e das fiscalizações, a DFCONTRATAÇÕES atuou de forma relevante em processos de natureza urgente e prioritária, conforme previsto no Regimento Interno deste Tribunal, que exigem tramitação célere e resposta técnica imediata. Nesse contexto, foram analisadas **86 denúncias, 23 representações e 29 peças informativas.**

### Fiscalização Destaque

O processo TC/4377/2025, consubstanciado no Relatório de Auditoria RAUD-DFCONTRATAÇÕES-116/2025, destacou-se no exercício de 2025 por tratar da **avaliação da incorporação de critérios de sustentabilidade nas contratações públicas, no âmbito da Rede Integrar**, temática estratégica e transversal para o controle externo. A auditoria examinou a **adoção de práticas sustentáveis** ao

longo das fases de planejamento, **seleção do fornecedor e execução contratual, identificando fragilidades relevantes na normatização interna, na definição de critérios ambientais e sociais**, bem como na **ausência de mecanismos sistemáticos de monitoramento**. Como resultado, foram formuladas **recomendações estruturantes voltadas ao fortalecimento da governança das contratações sustentáveis**, cujas conclusões passaram a servir de **referência metodológica para fiscalizações similares previstas no PAF 2026**.

## Divisão de Fiscalização de Educação

Ao longo do ano de 2025 foram **realizadas e concluídas 61 fiscalizações, 22 atendimentos presenciais**, sendo **analisada a aplicação de R\$ 320.897.055,01 de recursos públicos em 823 processos**, restando **554 processos em estoque** no setor.

## Divisão de Fiscalização de Saúde

Com **35 fiscalizações realizadas, sendo 32 concluídas** ao longo do exercício de 2025, além de **17 atendimentos presenciais**, a Divisão de Saúde **apurou a utilização de R\$ 4.652.671.309,90 de recursos públicos em 1008 processos analisados**, com 331 análises de Controle Prévio, gerando a **concessão de 26 liminares e 26 cautelares**. Ao final do período restaram **616 processos em estoque** na área.

### Observação

A fiscalização de acompanhamento da implantação da PPP no Hospital Reginal de MS só será finalizada completamente após a execução de todos os atos e fases previstos no contrato. A fiscalização de medicamentos oriunda de peças informativas do Conselho Municipal de Saúde na Prefeitura Municipal de Campo Grande foi suspensa em razão do deferimento do pedido de dilação de prazo para apresentação dos documentos solicitados na SDI e será retomada no início de 2026. A fiscalização da Atenção Primária em Campo Grande foi executada na última semana de trabalho de dezembro, motivo porque o relatório será entregue apenas em janeiro/2026.

### Fiscalização Destaque

Projeto Teleinterconsultas, que visa a redução das filas de espera para consultas e procedimentos com médicos especialistas; auxilia na qualificação profissional da força de trabalho do SUS; amplia o acesso com atendimento gratuito e de qualidade; fortalecimento da rede de saúde (APS e Atenção Especializada); equidade em saúde com atendimento às populações mais vulneráveis; fomenta a Saúde digital, mediante a implementação de ferramentas de Telemedicina.

Outro destaque foi a fiscalização na Atenção Primária em 9 municípios do Grupo IV. A fiscalização realizou o diagnóstico situacional concomitante das Unidades de Saúde, por meio da avaliação da conformidade e a eficácia dos serviços, identificou falhas e propôs a correção mediante a elaboração de um plano de ação para melhorar os serviços ofertados e assegurar uma prestação de serviço mais eficiente para a população.

## Divisão de Fiscalização de Contas Públicas

O setor realizou a **análise de 1050 processos**, restando um **estoque de 36 processos** ao final do ano de 2025. Ao todo foi averiguada a **aplicação de R\$ 3.296.174.526,75 de recursos públicos** e **29 fiscalizações foram realizadas**, sendo que **20 concluídas no período**. **18 atendimentos presenciais** foram realizados pela Divisão.

### Observação

Considerando a realização de força-tarefa destinada à instrução processual, as fiscalizações da DFContas foram suspensas entre outubro e dezembro de 2025, sendo retomadas somente em 2026 para execução e finalização.

### Fiscalização Destaque

Além dos objetos pertinentes às contas públicas, a DFContas fiscalizou **8 Fundos dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes**, como parte do **Programa da Primeira Infância do TCE-MS**. Foram examinados, aproximadamente, **40 pontos de controle em cada Fundo**, alcançando como benefícios confirmados: inscrição no CNPJ do Fundo; atualização cadastral junto ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDH), possibilitando o recebimento dos recursos advindos do Imposto de Renda; elaboração dos instrumentos de planejamento (plano de ação e plano de aplicação), com base em diagnósticos periódicos relativos à situação da infância e da adolescência no município; desenvolvimento do Plano Municipal para a Primeira Infância; execução das ações planejadas, com vistas ao atendimento dos direitos da criança e do adolescente; e divulgação à comunidade local das informações obrigatórias, referentes ao Fundo e ao Conselho.

## Divisão de Fiscalização de Obras e Serviços de Meio Ambiente

**984 processos foram analisados** no período de 2025, restando **831 processos em estoque**. Foram produzidas **17 fiscalizações**, sendo **15 encerradas** até o encerramento das atividades anuais do TCE-MS. Com a realização de **388 ações de Controle Prévio**, a DFEAMA **apurou a aplicação de R\$ 621.582.595,48 de recursos públicos**, sendo emitidas **6 liminares e 6 cautelares** em processos de responsabilidade do setor. Além disso, a Divisão realizou **15 atendimentos presenciais** ao longo do ano.

### Observação

- 3 viagens técnicas - 16 Relatórios - 6 cursos realizados 6 participações em cursos, congressos e seminários.
- 2 Fiscalizações de auditorias independentes com entrega de relatórios;

- 12 relatórios de fiscalizações da anos anteriores entregues;

Participações em cursos pela equipe técnica:

- Workshop "Requisitos para projetos de engenharia na metodologia de execução CREMA-DBM" (maio);
- Curso de Aperfeiçoamento em Laboratório de Concreto Asfáltico (julho);
- Curso sobre Microrrevestimento Asfáltico (agosto);
- Simpósio Nacional de Auditoria de Obras Públicas — o XXI SINAOP (agosto);
- Workshop Critérios de Classificação para Licitações de Obras CREMA e Tradicionais (dezembro);
- Projeto de Formação Continuada em Auditoria (ESCOEX – diversos cursos);

Cursos, treinamentos e apresentações de trabalhos:

- Curso de usinas asfálticas (maio);
- Curso EAD sobre atualizações da norma DNIT 031/2024 (julho);
- Treinamento laboratorial para os estagiários (agosto);
- Apresentação de artigo – Procedimentos de Obras Rodoviária – Simpósio Nacional de Auditoria de Obras Públicas (agosto);
- Treinamento e elaboração de tutorial de uso do LWD para Aguas Guariroba (dezembro);
- Seminários de infraestruturas de transportes apresentados pelos estagiários da DFEAMA.

A DFEAMA, no cumprimento de suas atribuições regimentais atuou em feitos de natureza prioritária garantindo resposta técnica eficaz em 94 processos, compreendendo, de forma consolidada, denúncias e representações submetidas à apreciação desta Corte de Contas.

### **Fiscalização Destaque**

Painel Clima Brasil - A partir da ferramenta desenvolvida pelo Tribunal de Contas da União (TCU) Painel ClimaBrasil, criada para avaliar como os governos estão lidando com as mudanças climáticas, foram conhecidas a base normativa aplicável e as ações praticadas pelo Município de Campo Grande e pelo Estado de Mato Grosso do Sul, os processos de integração e respectivos stakeholders foram mapeados.

CREMA - RODAR MS - a realização desse acompanhamento teve a finalidade de identificar os procedimentos que foram realizados e em qual estágio está o processo das contratações de gestão de infraestrutura rodoviárias baseados no modelo CREMA, seja por DBM ou PPP, realizados no âmbito do programa de manutenção proativa, adequação a resiliência climática e segurança viária de rodovias do Estado de Mato Grosso do Sul (Programa Rodar MS). Avaliados em US\$ 250.000.000,00 SENDO: US\$ 200.000.000,00 COM ORIGEM NA CONSTITUIÇÃO DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO FORMALIZADO JUNTO AO BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO - BIRD; E US\$ 50.000.000,00 POR MEIO DE RECURSOS PRÓPRIOS A TÍTULO DE CONTRAPARTIDA.

## **Divisão de Fiscalização Especial**

**R\$ 20.789.753.492,07** em aplicações de recursos públicos foram apurados em 9 fiscalizações realizadas, sendo 7 concluídas ao longo do exercício de 2025.

### Observação

Na contabilização das fiscalizações realizadas, não foi considerada a fiscalização referente ao processo TC/3496/2025, na qual o Conselheiro-Relator solicitou a descontinuidade da fiscalização.

### Fiscalização Destaque

Auditoria Operacional Coordenada nas Políticas Públicas relacionadas à Primeira Infância, tendo como objeto da fiscalização o Programa Nacionais de Visitação Domiciliares no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e da Assistência Social (SUAS), com o objetivo de "Avaliar a eficiência e a eficácia das políticas públicas voltadas à primeira infância, com foco na articulação entre saúde e assistência social." - Processo TC/863/2025. Foi apresentado o resultado no comitê ampliado da primeira infância: <https://www.tce.ms.gov.br/noticias/detalhes/8198/tce-ms-apresenta-resultados-e-metas-em-reuniao-do-comite-ampliado-da-primeira-infancia>

## Financeiro

Contratações do TCE/MS

PCA 2025 – 15.424.948/0001-41

Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul

Data da publicação no PNCP: **22/11/2024**

Esfera: **ESTADUAL**

Poder: **LEGISLATIVO**

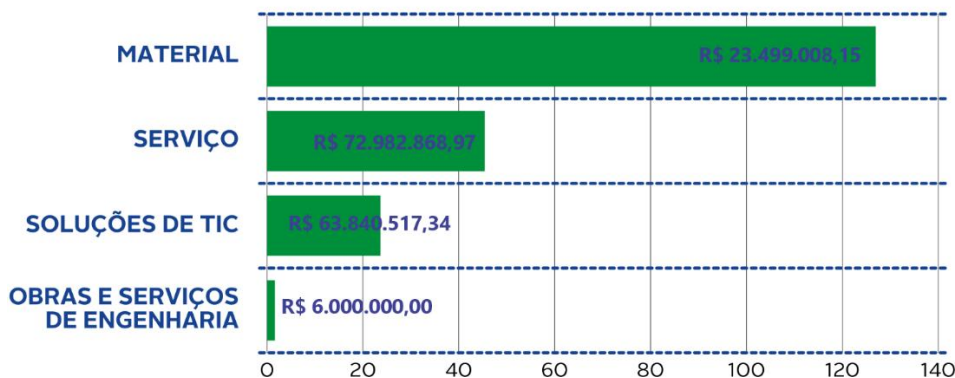
**VALOR TOTAL ESTIMADO**

**QUANTIDADE DE ITENS**

**R\$ 166.322.395,46**

**211**

### VALOR TOTAL ESTIMADO E QTDE DE ITENS POR CATEGORIA



\*Balanço Geral Exercício 2025 não disponibilizado até o momento



Governo do Estado de Mato Grosso do Sul  
Secretaria de Estado de Fazenda do MS - SEFAZ  
Superintendência de Contabilidade Geral do Estado - SCGE  
30101 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL



Valores na escala de R\$ 1,00

ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - QUADRO PRINCIPAL - ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL (RECEITAS)  
Balço 2025

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c - b)
Receitas Correntes (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Capital (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortizações de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito/ Refinanciamento (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00

SGI ID: 60b23c0e-e047-46d3-ac09-eab044226e1c



Governo do Estado de Mato Grosso do Sul  
Secretaria de Estado de Fazenda do MS - SEFAZ  
Superintendência de Contabilidade Geral do Estado - SCGE  
30101 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL



Valores na escala de R\$ 1,00

ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - QUADRO PRINCIPAL - ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL (RECEITAS)  
Balço 2025

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c - b)
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Déficit (VI)	415.307.900,00	426.800.100,00	384.878.002,61	(41.922.097,39)
<b>TOTAL (VII) = (V + VI)</b>	<b>415.307.900,00</b>	<b>426.800.100,00</b>	<b>384.878.002,61</b>	<b>(41.922.097,39)</b>
Arrecadados em Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	0,00	0,00	0,00	0,00

ou certificado e

SGI ID: 60b23c0e-e047-46d3-ac09-eab044226e1c

ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - QUADRO PRINCIPAL - ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL (DESPESAS)  
Balanco 2025

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
	(e)	(f)	(g)	(h)	(i)	(j) = (f - g)
Despesas Correntes (VIII)	391.642.900,00	415.935.100,00	375.760.218,47	373.730.170,45	372.554.534,56	40.174.881,53
Pessoal e Encargos Sociais	194.796.900,00	207.583.100,00	205.217.010,45	205.138.707,16	204.274.910,14	2.366.089,55
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	196.844.000,00	208.352.000,00	170.543.208,02	168.591.463,29	168.279.624,42	37.808.791,98
Despesas de Capital (IX)	23.665.000,00	10.865.000,00	9.117.784,14	8.128.084,71	8.128.084,71	1.747.215,86
Investimentos	23.665.000,00	10.865.000,00	9.117.784,14	8.128.084,71	8.128.084,71	1.747.215,86
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de contingência (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VIII + IX + X)</b>	<b>415.307.900,00</b>	<b>426.800.100,00</b>	<b>384.878.002,61</b>	<b>381.858.255,16</b>	<b>380.682.619,27</b>	<b>41.922.097,39</b>
Amortização da Dívida / Refinanciamento (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII)= (XI+ XII)</b>	<b>415.307.900,00</b>	<b>426.800.100,00</b>	<b>384.878.002,61</b>	<b>381.858.255,16</b>	<b>380.682.619,27</b>	<b>41.922.097,39</b>
Superávit (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL (XV) = (XIII + XIV)</b>	<b>415.307.900,00</b>	<b>426.800.100,00</b>	<b>384.878.002,61</b>	<b>381.858.255,16</b>	<b>380.682.619,27</b>	<b>41.922.097,39</b>
Reserva do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

SGL ID: 60b23c0e-e047-46d3-ac09-eab044226e1c

ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS  
Balanco 2025

	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo a Pagar
	Em exercícios anteriores	Em 31 de Dez. do Exercício de 2024				
	(a)	(b)				
Despesas Correntes	0,00	583.539,96	577.102,53	577.102,53	6.437,43	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos Da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	583.539,96	577.102,53	577.102,53	6.437,43	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>583.539,96</b>	<b>577.102,53</b>	<b>577.102,53</b>	<b>6.437,43</b>	<b>0,00</b>

SGL ID: 60b23c0e-e047-46d3-ac09-eab044226e1c

ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - QUADRO DA EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS  
Balanço 2025

	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo a Pagar (e)=(a+b-c-d)
	Em exercícios anteriores	Em 31 de Dez. do Exercício de 2024			
	(a)	(b)			
Despesas Correntes	0,00	1.091.331,25	1.091.331,25	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	790.344,34	790.344,34	0,00	0,00
Juros e Encargos Da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	300.986,91	300.986,91	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>1.091.331,25</b>	<b>1.091.331,25</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

DANIELE SILVEIRA CIAPARINI  
Contadora - CRC/MS: 14882/O

FADEL TAJHER IUNES JUNIOR  
Diretor da Diretoria de Administração e Finanças

FLÁVIO ESGAIB KAYATT  
Presidente

SGI ID: 60b23c0e-e047-46d3-ac09-eab044226e1c

ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO - INGRESSOS  
Balanço 2025

	Nota	2025	2024
Receita Orçamentária (I)			0,00
Recursos Não Vinculados			0,00
Recursos Vinculados (EXCETO AO RPPS)			0,00
Recursos Vinculados à Educação			0,00
Recursos Vinculados à Saúde			0,00
Recursos Vinculados à Assistência Social			0,00
Recursos Vinculados à Previdência Social (EXCETO RPPS)			0,00
Demais Vinculações Decorrentes de Transferências			0,00
Demais Vinculações Legais			0,00
Outras Vinculações			0,00
Recursos Vinculados ao RPPS			0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)			0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)			0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração			0,00
Transferências Financeiras Recebidas (II)		426.819.678,87	404.873.989,04
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		426.819.678,87	404.873.989,04
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RGPS		0,00	0,00
Transferências Recebidas para o Sistema de Proteção Social dos Militares		0,00	0,00
Outras Movimentações Financeiras Recebidas (III)		0,00	0,00
Resgate de Investimentos e Aplicações Financeiras		0,00	0,00
Desbloqueios de Valores em Caixa		0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (IV)		317.688.175,28	898.378.630,50
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		3.019.747,45	583.539,96
Inscrição de Restos a Pagar Processados		1.175.635,89	1.091.331,25
Depósitos Restituintes e Valores Vinculados		205.257.856,52	196.028.404,48
218810103 - ENCARGOS SOCIAIS - OUTRAS ENTIDADES		0,00	28.010,75

SGI ID: 60b23c0e-e047-46d3-ac09-eab044226e1c

ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO - INGRESSOS			
Balanco 2025			
	Nota	2025	2024
218810105 - RESSARCIMENTOS E RESTITUIÇÕES		0,00	944,34
218810110 - PENSÃO ALIMENTÍCIA		970.983,60	927.218,30
218810111 - PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA		15.526.263,87	12.962.335,34
218810113 - RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES		787.759,54	1.695.692,21
218810115 - RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		21.009.280,70	18.999.644,31
218810199 - OUTROS CONSIGNATÁRIOS		6.333.587,32	5.786.702,74
218810401 - DEPOSITOS E CAUÇÕES		377,58	258,03
218810403 - DEPOSITOS DE TERCEIROS		74.182,17	27.198,06
218819901 - SALÁRIOS, REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS DO EXERCÍCIO		90.879.671,07	91.363.151,08
218819999 - OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS		16.650.553,92	16.243.876,76
218820101 - RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS		10.253.793,95	8.883.038,74
218820104 - IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF		32.431.159,03	29.162.563,96
218830102 - CONTRIBUIÇÃO AO RGPS		8.080.481,89	7.357.181,54
218850108 - ISS		2.259.761,88	2.573.101,25
218850109 - OUTROS TRIBUTOS MUNICIPAIS		0,00	17.487,07
Outros Recebimentos Extraorçamentários		108.234.935,42	700.675.354,81
<b>Saldo do Exercício Anterior (V)</b>		<b>6.557.407,98</b>	<b>60.512.659,55</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa (exceto RPPS)		6.553.927,81	60.509.437,41
Caixa e Equivalentes de Caixa RPPS		0,00	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		3.480,17	3.222,14
<b>TOTAL (VI) = (I + II + III + IV + V)</b>		<b>751.065.262,13</b>	<b>1.363.765.279,09</b>

SGI ID: 60b23c0e-e047-46d3-ac09-eab044226e1c

ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO - DISPÊNDIOS			
Balanco 2025			
	Nota	2025	2024
<b>Despesa Orçamentária (VII)</b>		<b>384.878.002,61</b>	<b>361.216.526,95</b>
<b>Recursos Não Vinculados</b>		<b>384.878.002,61</b>	<b>361.216.526,95</b>
<b>Recursos Vinculados (EXCETO AO RPPS)</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Recursos Destinados à Educação		0,00	0,00
Recursos Destinados à Saúde		0,00	0,00
Recursos Vinculados à Assistência Social		0,00	0,00
Recursos Vinculados à Previdência Social (EXCETO RPPS)		0,00	0,00
Demais Vinculações Decorrentes de Transferências		0,00	0,00
Demais Vinculações Legais		0,00	0,00
Outras Vinculações		0,00	0,00
<b>Recursos Vinculados ao RPPS</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)		0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)		0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração		0,00	0,00
<b>Transferências Financeiras Concedidas (VIII)</b>		<b>42.586.680,95</b>	<b>93.167.544,39</b>
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		918.638,41	46.362.291,42
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		41.668.042,54	46.805.252,97
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RGPS		0,00	0,00
Transferências Concedidas para o Sistema de Proteção Social dos Militares		0,00	0,00
<b>Outras Movimentações Financeiras Concedidas (IX)</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Transferências para Investimentos e Aplicações Financeiras		0,00	0,00
Bloqueios de Valores em Caixa		0,00	0,00
<b>Pagamentos Extraorçamentários (X)</b>		<b>315.124.046,81</b>	<b>902.823.799,77</b>
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		577.102,53	5.287.419,30
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		1.091.331,25	877.956,81
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		205.220.677,61	195.963.068,85
218810103 - ENCARGOS SOCIAIS - OUTRAS ENTIDADES		0,00	28.010,75

SGI ID: 60b23c0e-e047-46d3-ac09-eab044226e1c

ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO - DISPÊNDIOS			
Balanço 2025			
	Nota	2025	2024
218810105 - RESSARCIMENTOS E RESTITUIÇÕES		0,00	1.732,68
218810110 - PENSÃO ALIMENTÍCIA		970.983,60	927.218,30
218810111 - PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA		16.043.042,40	12.860.471,69
218810113 - RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES		893.334,14	1.682.436,32
218810115 - RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		20.893.562,71	18.796.122,92
218810199 - OUTROS CONSIGNATÁRIOS		5.616.383,65	6.020.810,48
218810401 - DEPOSITOS E CAUÇÕES		0,00	0,00
218810403 - DEPOSITOS DE TERCEIROS		1.162,50	27.198,06
218819901 - SALÁRIOS, REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS DO EXERCÍCIO		90.679.671,07	91.362.247,94
218819999 - OUTROS VALORES RESTITUIVÉIS		16.650.553,92	16.243.876,76
218820101 - RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS		10.253.740,27	8.882.978,69
218820104 - IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF		32.458.530,30	29.160.923,95
218830102 - CONTRIBUIÇÃO AO RGPS		8.292.274,17	7.424.740,42
218850108 - ISS		2.267.438,88	2.546.812,82
218850109 - OUTROS TRIBUTOS MUNICIPAIS		0,00	17.487,07
Outros Pagamentos Extraorçamentários		108.234.935,42	700.675.354,81
<b>Saldo para o Exercício Seguinte (XI)</b>		<b>8.476.531,76</b>	<b>6.557.407,98</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa (exceto RPPS)		8.472.674,01	6.553.927,81
Caixa e Equivalentes de Caixa RPPS		0,00	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		3.857,75	3.480,17
<b>TOTAL (XII) = (VII + VIII + IX + X + XI)</b>		<b>751.065.262,13</b>	<b>1.363.765.279,09</b>

SGI ID: 60b23c0e-e047-46d3-ac09-eab044226e1c

ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO - QUADRO ANEXO						
Balanço 2025						
ESPECIFICAÇÃO	Exercício de 2025			Exercício de 2024		
	Receita Orçamentária	Deduções da Receita Orçamentária	Saldo	Receita Orçamentária	Deduções da Receita Orçamentária	Saldo
	(a)	(b)	(c) = (a - b)	(d)	(e)	(f) = (d - e)
Recursos Não Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vinculada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Previdência Social (Exceto ao RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Vinculações Decorrentes de Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Vinculações Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Destinações de Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

DANIELE SILVEIRA CIAPARINI  
Contadora - CRC/MS: 14882/O

FADEL TAJHER IUNES JUNIOR  
Diretor da Diretoria de Administração e Finanças

FLÁVIO ESGAIB KAYATT  
Presidente

SGI ID: 60b23c0e-e047-46d3-ac09-eab044226e1c

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL - QUADRO PRINCIPAL - ATIVO  
Balanco 2025

	Exercicio 2025	Exercicio 2024
<b>ATIVO</b>	<b>50.043.340,73</b>	<b>41.523.481,79</b>
<b>Ativo Circulante</b>	<b>8.682.677,55</b>	<b>6.799.558,56</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	8.472.674,01	6.553.927,81
Créditos a Curto Prazo	0,00	0,00
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	3.857,75	3.480,17
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	0,00	0,00
Estoques	206.145,79	242.150,58
Ativo não Circulante Mantido para Venda	0,00	0,00
Ativo Biológico	0,00	0,00
VPD Pagas Antecipadamente	0,00	0,00
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>41.360.663,18</b>	<b>34.723.923,23</b>
Realizável a Longo Prazo	0,00	0,00
Créditos a Longo Prazo	0,00	0,00
Demais Créditos a Longo Prazo	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	0,00	0,00
Estoques	0,00	0,00
VPD pagas antecipadamente	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00
Imobilizado	25.083.282,66	26.765.081,26
Intangível	16.277.380,52	7.958.841,97
<b>TOTAL DE ATIVO</b>	<b>50.043.340,73</b>	<b>41.523.481,79</b>

SGI ID: 60b23c0e-e047-46d3-ac09-eab044226e1c

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL - QUADRO PRINCIPAL - PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
Balanco 2025

	Exercicio 2025	Exercicio 2024
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>50.043.340,73</b>	<b>41.523.481,79</b>
<b>Passivo Circulante</b>	<b>7.668.140,98</b>	<b>5.897.683,85</b>
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	3.356.127,98	1.632.798,58
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	0,00	0,00
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	311.838,87	300.986,91
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	0,00	0,00
Transferências Fiscais a Curto Prazo	0,00	0,00
Provisões a Curto Prazo	0,00	0,00
Demais Obrigações a Curto Prazo	4.000.174,13	3.963.898,36
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	0,00	0,00
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	0,00	0,00
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	0,00	0,00
Transferências Fiscais a Longo Prazo	0,00	0,00
Provisões a Longo Prazo	0,00	0,00
Demais Obrigações a Longo Prazo	0,00	0,00
Resultado Diferido	0,00	0,00
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>42.375.199,75</b>	<b>35.625.797,94</b>
Patrimônio Social e Capital Social	0,00	0,00
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0,00	0,00
Reservas de Capital	0,00	0,00
Ajustes de Avaliação Patrimonial	0,00	0,00

SGI ID: 60b23c0e-e047-46d3-ac09-eab044226e1c

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL - QUADRO PRINCIPAL - PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
Balanco 2025

	Exercicio 2025	Exercicio 2024
Reservas de Lucros	0,00	0,00
Demais Reservas	3.387.558,10	16.597.155,91
Resultados Acumulados	38.987.641,65	19.028.642,03
Superávits ou Déficits Acumulados	38.987.641,65	19.028.642,03
Superávits ou Déficits do Exercício	5.389.505,08	(54.932.569,42)
Superávits ou Déficits do Exercício Anteriores	19.028.642,03	73.961.211,45
Ajustes de Exercícios Anteriores	14.569.494,54	0,00
Superávits ou Deficits Resultantes de Extinção, Fusão e Cisão	0,00	0,00
Lucros ou Prejuízos Acumulados	0,00	0,00
(-) Ações / Cotas em Tesouraria	0,00	0,00
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>50.043.340,73</b>	<b>41.523.481,79</b>

SGI ID: 60b23c0e-e047-46d3-ac09-eab044226e1c

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL - QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS PERMANENTES  
Balanco 2025

	Exercicio 2025	Exercicio 2024
<b>ATIVO (I)</b>	<b>50.043.340,73</b>	<b>41.523.481,79</b>
Ativo Financeiro	8.476.531,76	6.557.407,98
Ativo Permanente	41.566.808,97	34.966.073,81
<b>PASSIVO (II)</b>	<b>10.687.888,43</b>	<b>6.481.223,81</b>
Passivo Financeiro	8.195.557,47	5.638.769,57
Passivo Permanente	2.492.330,96	842.454,24
<b>Saldo Patrimonial (III) = (I - II)</b>	<b>39.355.452,30</b>	<b>35.042.257,98</b>

SGI ID: 60b23c0e-e047-46d3-ac09-eab044226e1c



Governo do Estado de Mato Grosso do Sul  
 Secretaria de Estado de Fazenda do MS - SEFAZ  
 Superintendência de Contabilidade Geral do Estado - SCGE  
 30101 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL



Valores na escala de R\$ 1,00

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL - QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO  
 Balanço 2025

	Exercicio 2025	Exercicio 2024
<b>ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>	0,00	0,00
Garantias e Contra garantias recebidas	0,00	0,00
Direitos Conveniados e outros instrumentos congêneres	0,00	0,00
Direitos Contratuais	0,00	0,00
Demandas Judiciais	0,00	0,00
Outros atos potenciais ativos	0,00	0,00
<b>ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>	0,00	0,00
Garantias e Contra garantias concedidas	0,00	0,00
Obrigações conveniadas e outros instrumentos congêneres	0,00	0,00
Obrigações contratuais	0,00	0,00
Demandas Judiciais	0,00	0,00
Outros atos potenciais passivos	0,00	0,00

SGI ID: 60b23c0e-e047-46d3-ac09-eab044226e1c



Governo do Estado de Mato Grosso do Sul  
 Secretaria de Estado de Fazenda do MS - SEFAZ  
 Superintendência de Contabilidade Geral do Estado - SCGE  
 30101 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL



Valores na escala de R\$ 1,00

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL - QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO (Lei nº 4.320/1964)  
 Balanço 2025

	Exercicio 2025	Exercicio 2024
500 Recursos não Vinculados de Impostos	280.974,29	918.638,41
<b>TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS</b>	<b>280.974,29</b>	<b>918.638,41</b>

DANIELE SILVEIRA CIAPARINI  
 Contadora - CRC/MS: 14882/O

FADEL TAJHER IUNES JUNIOR  
 Diretor da Diretoria de Administração e Finanças

FLÁVIO ESGAIB KAYATT  
 Presidente

SGI ID: 60b23c0e-e047-46d3-ac09-eab044226e1c

ANEXO 15 - DEMONSTRATIVO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS  
Balço 2025

	Nota	2025	2024
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)</b>		<b>426.837.328,87</b>	<b>404.873.989,04</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		0,00	0,00
Contribuições		0,00	0,00
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		0,00	0,00
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		0,00	0,00
Transferências e Delegações Recebidas		426.837.328,87	404.873.989,04
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos		0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		0,00	0,00
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)</b>		<b>421.447.823,79</b>	<b>459.806.558,46</b>
Pessoal e Encargos		206.788.583,88	185.042.655,95
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		29.919.136,82	20.220.526,50
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		75.779.943,61	89.813.879,81
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		9.214,51	30,23
Transferências e Delegações Concedidas		43.007.884,61	93.697.454,45
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		0,00	0,00
Tributárias		0,00	0,00
Custo das Mercadorias e dos Produtos Vendidos, e dos Serviços Prestados		0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		65.943.060,36	71.032.011,52
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I - II)</b>		<b>5.389.505,08</b>	<b>(54.932.569,42)</b>

DANIELE SILVEIRA CIAPARINI  
Contadora - CRC/MS: 14882/O

FADEL TAJHER IUNES JUNIOR  
Diretor da Diretoria de Administração e Finanças

FLÁVIO ESGAIB KAVATT  
Presidente

SGI ID: 60b23c0e-e047-46d3-ac09-eab044226e1c

ANEXO 17 - DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE (POR EXERCÍCIO)  
Balço 2025

TÍTULO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	
<b>RESTOS A PAGAR</b>	1.674.871,21	4.195.383,34	1.674.871,21	4.195.383,34
<b>PROCESSADOS</b>	1.091.331,25	1.175.635,89	1.091.331,25	1.175.635,89
2024	1.091.331,25	0,00	1.091.331,25	0,00
2025	0,00	1.175.635,89	0,00	1.175.635,89
<b>NÃO PROCESSADOS</b>	583.539,96	3.019.747,45	583.539,96	3.019.747,45
2024	583.539,96	0,00	583.539,96	0,00
2025	0,00	3.019.747,45	0,00	3.019.747,45
<b>DEPÓSITOS / CONSIGNAÇÕES</b>	3.963.898,36	205.257.856,52	205.221.580,75	4.000.174,13
<b>VALORES RESTITUÍVEIS</b>	3.963.898,36	205.257.856,52	205.221.580,75	4.000.174,13
218810105 - RESSARCIMENTOS E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00
218810110 - PENSÃO ALIMENTÍCIA	0,00	970.983,60	970.983,60	0,00
218810111 - PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA MEDICA	1.114.483,71	15.526.263,87	16.043.042,40	597.705,18
218810113 - RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES	147.481,40	787.759,54	893.334,14	41.906,80
218810115 - RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	1.698.151,51	21.009.280,70	20.893.562,71	1.813.869,50
218810199 - OUTROS CONSIGNATÁRIOS	71.918,88	6.333.587,32	5.616.383,65	789.122,55
218810401 - DEPOSITOS E CAUÇÕES	3.480,17	377,58	0,00	3.857,75
218810403 - DEPOSITOS DE TERCEIROS	0,00	74.182,17	1.162,50	73.019,67
218819901 - SALÁRIOS, REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS DO EXERCÍCIO	903,14	90.879.671,07	90.880.574,21	0,00
218819999 - OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS	0,00	16.650.553,92	16.650.553,92	0,00
218820101 - RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS	1.060,86	10.253.793,95	10.253.740,27	1.114,54
218820104 - IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	27.371,27	32.431.159,03	32.458.530,30	0,00
218830102 - CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	590.923,75	8.080.481,89	8.292.274,17	379.131,47
218850108 - ISS	308.123,67	2.259.761,88	2.267.438,88	300.446,67

SGI ID: 60b23c0e-e047-46d3-ac09-eab044226e1c

ANEXO 18 - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - QUADRO PRINCIPAL  
Balanco 2025

	2025	2024
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>Ingressos</b>	<b>740.312.470,81</b>	<b>1.301.577.748,33</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades	0,00	0,00
Outras Receitas Derivadas e Originárias	740.312.470,81	1.301.577.748,33
Transferências recebidas	0,00	0,00
<b>Desembolsos</b>	<b>730.265.639,90</b>	<b>1.352.439.466,05</b>
Pessoal e demais despesas	322.084.319,63	315.456.017,21
Juros e encargos da dívida	0,00	0,00
Transferências concedidas	52.138.648,71	47.157.222,76
Outros desembolsos operacionais	356.042.671,56	989.826.226,08
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)	10.046.830,91	(50.861.717,72)
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Ingressos</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Alienação de Bens	0,00	0,00
Amortização de empréstimos e financiamentos concedidos	0,00	0,00
Outros ingressos de investimentos	0,00	0,00

SGI ID: 60b23c0e-e047-46d3-ac09-eab044226e1c

ANEXO 18 - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - QUADRO PRINCIPAL  
Balanco 2025

	2025	2024
<b>Desembolsos</b>	<b>8.128.084,71</b>	<b>3.093.791,88</b>
Aquisição de ativo não circulante	1.124.816,33	3.093.791,88
Concessão de empréstimos e financiamentos	0,00	0,00
Outros desembolsos de investimentos	7.003.268,38	0,00
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (II)	(8.128.084,71)	(3.093.791,88)
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Ingressos</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de crédito	0,00	0,00
Integralização do capital social de empresas dependentes	0,00	0,00
Outros ingressos de financiamentos	0,00	0,00
<b>Desembolsos</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização /Refinanciamento da dívida	0,00	0,00
Outros desembolsos de financiamentos	0,00	0,00
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento (III)	0,00	0,00
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)</b>	<b>1.918.746,20</b>	<b>(53.955.509,60)</b>
Caixa e Equivalentes de caixa inicial	6.553.927,81	60.509.437,41
Caixa e Equivalente de caixa final	8.472.674,01	6.553.927,81

SGI ID: 60b23c0e-e047-46d3-ac09-eab044226e1c



Governo do Estado de Mato Grosso do Sul  
Secretaria de Estado de Fazenda do MS - SEFAZ  
Superintendência de Contabilidade Geral do Estado - SCGE  
30101 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL



Valores na escala de R\$ 1,00

ANEXO 18 - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS  
Balanco 2025

	2025	2024
<b>TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS</b>		
<b>Intergovernamentais</b>		
da União	0,00	0,00
de Estados e Distrito Federal	0,00	0,00
de Municípios	0,00	0,00
<b>Intragovernamentais</b>		
Outras transferências recebidas		
<b>Total das Transferências Recebidas</b>		
<b>TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS</b>		
<b>Intergovernamentais</b>		
a União	0,00	0,00
a Estados e Distrito Federal	0,00	0,00
a Municípios	0,00	0,00
<b>Intragovernamentais</b>	51.717.445,05	46.627.312,70
Outras transferências concedidas	421.203,66	529.910,06
<b>Total das Transferências Concedidas</b>	52.138.648,71	47.157.222,76

SGI ID: 60b23c0e-e047-46d3-ac09-eab044226e1c



Governo do Estado de Mato Grosso do Sul  
Secretaria de Estado de Fazenda do MS - SEFAZ  
Superintendência de Contabilidade Geral do Estado - SCGE  
30101 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL



Valores na escala de R\$ 1,00

ANEXO 18 - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - DESEMBOLSO DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO  
Balanco 2025

	2025	2024
Legislativa	322.084.319,63	315.456.017,21
Judiciária	0,00	0,00
Essencial à Justiça	0,00	0,00
Administração	0,00	0,00
Defesa Nacional	0,00	0,00
Segurança Pública	0,00	0,00
Relações Exteriores	0,00	0,00
Assistência Social	0,00	0,00
Previdência Social	0,00	0,00
Saúde	0,00	0,00
Trabalho	0,00	0,00
Educação	0,00	0,00
Cultura	0,00	0,00
Direitos da Cidadania	0,00	0,00
Urbanismo	0,00	0,00
Habitação	0,00	0,00
Saneamento	0,00	0,00
Gestão Ambiental	0,00	0,00
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00
Agricultura	0,00	0,00
Organização Agrária	0,00	0,00
Indústria	0,00	0,00

SGI ID: 60b23c0e-e047-46d3-ac09-eab044226e1c



Governo do Estado de Mato Grosso do Sul  
Secretaria de Estado de Fazenda do MS - SEFAZ  
Superintendência de Contabilidade Geral do Estado - SCGE  
30101 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL



Valores na escala de R\$ 1,00

ANEXO 18 - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - DESEMBOLSO DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO  
Balanco 2025

	2025	2024
Comércio e Serviços	0,00	0,00
Comunicações	0,00	0,00
Energia	0,00	0,00
Transporte	0,00	0,00
Desporto e Lazer	0,00	0,00
Encargos Especiais	0,00	0,00
<b>Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função</b>	<b>322.084.319,63</b>	<b>315.456.017,21</b>

SGI ID: 60b23c0e-e047-46d3-ac09-eab044226e1c



Governo do Estado de Mato Grosso do Sul  
Secretaria de Estado de Fazenda do MS - SEFAZ  
Superintendência de Contabilidade Geral do Estado - SCGE  
30101 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL



Valores na escala de R\$ 1,00

ANEXO 18 - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - QUADRO JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA  
Balanco 2025

	2025	2024
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	0,00	0,00
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	0,00	0,00
Outros Encargos da Dívida	0,00	0,00
<b>Total dos Juros e Encargos da Dívida</b>		

DANIELE SILVEIRA CIAPARINI  
Contadora - CRC/MS: 14882/O

FADEL TAJHER IUNES JUNIOR  
Diretor da Diretoria de Administração e Finanças

FLÁVIO ESGAIB KAYATT  
Presidente

SGI ID: 60b23c0e-e047-46d3-ac09-eab044226e1c

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - TCE EXERCÍCIO 2025

### 1. Informações Gerais

O Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul é órgão de controle externo, e em conjunto com o Poder Legislativo, tem como função a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, à legitimidade, à economicidade, à aplicação de subvenções e a renúncia de receitas, nos termos das Constituições Federal e Estadual.

O Tribunal de Contas é integrado por sete Conselheiros, tem sede na capital, quadro próprio de pessoal, jurisdição em todo o território estadual e exerce suas funções na forma da Lei Complementar nº 160, de 2 de janeiro de 2012.

Dotado de autonomia financeira e administrativa, a operacionalização das atividades do Tribunal de Contas para o exercício de 2025 foi amparada pela Lei Estadual nº 6.284, de 22 de julho de 2024 (LDO) e pela Lei Estadual nº 6.372, de 16 de dezembro de 2024 (LOA).

### 2. Base de Preparação

As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) foram elaboradas em observância às disposições da Lei nº 4.320/1964, da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCs TSP), ao Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP - 11ª edição), bem como ao Plano de Contas (PCASP) do Estado de Mato Grosso do Sul, disponibilizado no Sistema de Planejamento e Finanças (SPF).

As Demonstrações Contábeis do Tribunal de Contas apresentam as informações extraídas dos registros no Sistema de Planejamento e Finanças do Estado – SPF, sistema que registra os atos e fatos referentes à execução orçamentária, financeira e patrimonial desta unidade gestora.

Estas notas explicativas descrevem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, sendo parte delas, vez que contêm informações relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis.

#### 2.1 Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais

A Portaria STN nº 548/2015 estabeleceu prazos-limite de adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais aplicáveis aos entes da Federação, com vistas à consolidação das contas públicas nacionais.

No que tange ao reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, classificados como intangíveis e eventuais amortização e reavaliação, o prazo para preparação do sistema foi 31/12/2019 e a obrigatoriedade do registro contábil 01/01/2020.

A preparação do sistema SPF ocorreu em 2020 e, mediante conclusão do inventário constante do processo TC-AB/0936/2020, o registro contábil foi efetuado em novembro de 2022. Entretanto em 2023, carente de um sistema destinado ao controle e registro dos bens patrimoniais, os registros foram suspensos, haja vista as dificuldades encontradas para a realização dos cálculos e controle da amortização mensal dos intangíveis, até sua implantação.

Em 2024 foi firmado o Contrato nº 015/2024 para prestação de serviços de consultoria, implantação, treinamento, manutenção, suporte técnico e customizações, nos processos do Sistema Integrado de Gestão Administrativa, o qual contempla módulos de Gestão de Almoxarifado, Patrimônio Mobiliário, Patrimônio Intangível, entre outros. A fase de regularização dos registros contábeis ficou estabelecida para o ano de 2025.

Assim, em 2025, a Comissão de Inventário e Reavaliação de Bens, instituída pelas Portarias 'P' nº 26/2024 e nº 492/2025, com o auxílio da Coordenadoria de Desenvolvimento de Sistemas, retomou o levantamento dos softwares classificados como bens intangíveis, conforme processo TC-AB/1148/2025. As ações realizadas tiveram como referência o Decreto Estadual nº 16.293/2023, o Manual "Tratamento Inicial dos Bens Intangíveis", elaborado pelo Grupo de Trabalho Multidisciplinar e Interinstitucional, no âmbito do Poder Executivo Estadual (GT-MPCP), a NBC TSP 08/2017 e o MCASP 11ª edição.

Em relação ao reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens imóveis, cujo prazo para obrigatoriedade do registro contábil também ocorreu em 01/01/2020, permanece a ausência do reconhecimento por esta unidade. Entretanto, encontra-se em andamento o Projeto Censo Imobiliário do Poder Executivo, conduzido pela Coordenadoria de Patrimônio e Regularização Imobiliária (Cpim) e pela Coordenadoria de Vistoria e Avaliação Imobiliária (Cvai), da Secretaria de Estado de Administração (criadas por meio do Decreto nº 16.167/2023), previsto para conclusão nos próximos anos. Em 2025 foi assinado o Termo de Afetação nº 014, que dispõe de um rol de documentos os quais estão sendo providenciados pelos setores responsáveis para posteriormente serem encaminhados à Secretaria de Estado de Administração-SAD, para averbação da construção. Reforçamos que as medidas necessárias estão sendo tomadas para regularização da gestão patrimonial e contábil dos bens imóveis deste Tribunal.

### **3. Resumo das principais políticas contábeis**

As políticas contábeis abaixo têm sido adotadas pelo Tribunal de Contas para o registro das operações e elaboração das demonstrações contábeis:

**3.1** As demonstrações contábeis e suas respectivas notas explicativas estão apresentadas com valores expressos em reais, que é a moeda funcional do Governo do Estado.

**3.2** Os estoques constituem os bens adquiridos e recebidos pelo almoxarifado, cujos valores de custo incluem todos os custos de aquisição, bem como outros custos incorridos para trazer os estoques à sua condição e localização atuais. Os estoques são avaliados com base no valor de aquisição e o método de mensuração utilizado é o custo médio ponderado de aquisição, conforme inciso III do art. 106 da Lei nº 4.320/1964.

**3.3** O ativo imobilizado é reconhecido com base no valor de aquisição, deduzido da depreciação acumulada.

**3.4** Os itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso. A depreciação é calculada pelo método das cotas constantes, mediante aplicação de taxas que levam em conta a vida útil econômica dos bens.

**3.5** O ativo intangível é reconhecido pelo seu custo, atualizados pelas respectivas reavaliações e amortizações.

**3.6** A amortização do ativo intangível com vida útil definida é calculada pelo método das cotas constantes e se inicia a partir do momento em que o ativo está disponível para uso. A partir das informações do inventário realizado e da implantação do sistema informatizado, mencionado no subitem 2.1, o cálculo e o registro da amortização mensal foram regularizados ao final de dezembro/2025.

## **4. Demonstrativos contábeis**

### **4.1 Balanço Orçamentário (Anexo 12)**

O Balanço Orçamentário demonstra as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso de arrecadação. Demonstra também as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

A execução orçamentária do Tribunal de Contas se deu especificamente em relação às despesas públicas, tendo em vista que o TCE não possui recursos próprios e integra o Orçamento Fiscal do Estado.

#### **4.1.1 Dotação Atualizada**

Demonstra a dotação inicial somada aos créditos adicionais suplementares abertos durante o exercício financeiro de 2025.

Foram abertos créditos suplementares através dos Decretos "O" nº 38/2025, de 8 de maio de 2025, publicado no DOE nº 11.823, de 08/05/2025, pág. 2-6, nº 42/2025, de 22 de maio de 2025, publicado no DOE nº 11.837, de 23/05/2025, pág. 8-11, nº 48/2025, de 12 de junho de 2025, publicado no DOE nº 11.856, de 12/06/2025, pág. 2-4, e nº 104/2025, de 25 de novembro de 2025, publicado no DOE nº 12.004, de 26/11/2025, pág. 2-6, conforme o Inciso III, do Art. 43 da Lei Federal nº 4.320/1964 e Inciso IV, § 6º, do Art. 56, do ADCGT da CE/1989 (EC nº 95/2024), os quais alteraram o valor do Orçamento conforme abaixo demonstrado.

<b>DOTAÇÃO INICIAL</b>	<b>415.307.900,00</b>
CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR	35.784.400,00
(-) ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO	24.292.200,00
<b>DOTAÇÃO ATUALIZADA</b>	<b>426.800.100,00</b>

#### 4.1.2 Execução de Restos a Pagar

Na tabela seguinte, tem-se o demonstrativo da situação dos Restos a Pagar Não Processados (RPNP) e Processados (RPP), inscritos em exercícios anteriores e executados até o final do exercício de 2025.

RESTOS A PAGAR	INSCRITOS EM 2024	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
NÃO PROCESSADOS	583.539,96	577.102,53	6.437,43	0,00
PROCESSADOS	1.091.331,25	1.091.331,25	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.674.871,21</b>	<b>1.668.433,78</b>	<b>6.437,43</b>	<b>0,00</b>

#### 4.2 Balanço Financeiro (Anexo 13)

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte. Essa demonstração possui enfoque orçamentário e dele se obtém o resultado financeiro, o qual não se confunde com o superávit ou déficit financeiro do exercício apurado no Balanço Patrimonial.

##### 4.2.1 Transferências Concedidas para Execução Orçamentária

Em 2025 foi realizada a devolução de saldo financeiro acumulado de exercício anterior ao Tesouro Estadual, no montante de R\$ 918.638,41, em atendimento ao disposto no § 2º, do Art. 168, da CF/1988 (EC nº 109/2021).

##### 4.2.2 Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS

Registram os valores referentes às transferências concedidas para aporte de recursos ao RPPS, os quais são apropriados patrimonialmente nas contas contábeis 3.5.1.3.2.02.01 – Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro e 2.1.1.2.2.06.00 – Aporte para Cobertura de Déficit Financeiro a Pagar. O valor de R\$ 41.668.042,54 corresponde ao valor total transferido à AGEPREV no exercício de 2025.

##### 4.2.3 Outros Recebimentos/Pagamentos Extraorçamentários

Compreendem os ingressos não previstos no orçamento e os pagamentos que não precisam se submeter ao processo de execução orçamentária. Em geral, envolvem valores que não transitam pelo orçamento, mas que afetam o "Saldo do Exercício Anterior" e "Saldo para o Exercício Seguinte".

A IPC 06 estabelece que os campos “Outros Recebimentos Extraorçamentários” e “Outros Pagamentos Extraorçamentários” destinam-se a contemplar situações não previstas expressamente em seu mapeamento, cabendo a cada ente federativo adequá-los às suas especificidades. Tais campos, em regra, compreendem valores que não transitam pelo orçamento, mas que afetam os saldos financeiros do exercício.

Considerando que não há definição normativa taxativa acerca da composição das contas desse grupo, procedeu-se à revisão da política contábil anteriormente adotada, com o objetivo de aprimorar a aderência conceitual, técnica e metodológica do demonstrativo à finalidade prevista no art. 103 da Lei nº 4.320/1964, qual seja, evidenciar as movimentações financeiras que impactam as disponibilidades de caixa.

A alteração consistiu, essencialmente, na revisão dos critérios de reconhecimento e classificação dos registros integrantes do referido grupo, contemplando a:

- a) exclusão de valores que representavam mera circulação interna de recursos ou eventos já evidenciados como receitas e despesas orçamentárias, notadamente 113810600 – Valores em Trânsito Realizáveis a Curto Prazo e 491110101 – Variação Patrimonial Aumentativa Bruta a Classificar;
- b) manutenção apenas dos ingressos e dispêndios que caracterizam obrigações financeiras de terceiros ou valores de natureza transitória, sem impacto orçamentário;
- c) alinhamento metodológico entre os demonstrativos, eliminando sobreposições e assegurando coerência entre o Balanço Financeiro e as demais demonstrações contábeis.

Ressalta-se que a presente alteração possui natureza exclusivamente procedimental e de evidenciação, não produzindo impacto no resultado patrimonial, no resultado financeiro ou na execução orçamentária, limitando-se à forma de apresentação dos fluxos financeiros. A mudança ora implementada visa assegurar maior clareza, consistência e transparência na prestação de contas, bem como o adequado atendimento às orientações dos órgãos de controle em especial o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

No caso do Tribunal, trata-se de registros nas seguintes contas contábeis:

CONTA CONTÁBIL	VALOR
113110102 - 13º Salário - Adiantamento	3.848.840,17
113810901 - Créditos a Receber por Reembolso de Salário Maternidade Pago - RPPS	136.993,29
113811701 - RPPS-AGEPREV	104.249.101,96
<b>TOTAL DA CONTA "OUTROS RECEBIMENTOS/PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS"</b>	<b>108.234.935,42</b>

#### 4.2.4 Resultado Financeiro

O resultado financeiro apurado no exercício foi no valor de R\$ 1.919.123,78 e corresponde a variação das disponibilidades no final e no início do exercício de 2025.

DESCRIÇÃO	VALOR
SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	8.476.531,76
(-) SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR	6.557.407,98
<b>RESULTADO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO</b>	<b>1.919.123,78</b>

DESCRIÇÃO	VALOR
Receitas Orçamentárias	0,00
(+) Transferências Financeiras Recebidas	426.819.678,87
(+) Recebimentos Extraorçamentários	317.688.175,28
(-) Despesas Orçamentárias	384.878.002,61
(-) Transferências Financeiras Concedidas	42.586.680,95
(-) Pagamentos Extraorçamentários	315.124.046,81
<b>RESULTADO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO</b>	<b>1.919.123,78</b>

### 4.3 Balanço Patrimonial (Anexo 14)

O Balanço Patrimonial evidencia, qualitativamente e quantitativamente, a situação patrimonial do órgão por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).

#### 4.3.1 Ativo Circulante – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

O valor de R\$ 3.857,75 refere-se ao depósito de caução do Contrato nº 002/2023, firmado com a empresa Marias Panificadora Ltda (TC-CP/0092/2022 e TC-TA/1025/2025).

#### 4.3.2 Ativo Circulante - Estoques

Compreendem os bens adquiridos (material de consumo, material de expediente, gêneros alimentícios, material elétrico eletrônico, de processamento de dados, de sinalização visual, de copa e cozinha, gás engarrafado) de utilização própria do Tribunal para exercício de suas atividades.

#### 4.3.3 Ativo Não Circulante - Imobilizado

Compreendem os bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da entidade. Os bens móveis são registrados pelo custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada, e estão detalhados nas seguintes contas:

DESCRIÇÃO	VALOR
Aparelhos de Medição e Orientação	54.382,42
Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	106.312,36
Aparelhos, Equipamentos e Utensílios médicos, odontológicos, laboratoriais e hospitalares	522.332,03
Equipamento de proteção, segurança e socorro	1.356.901,49
Máquinas e Equipamentos Industriais	15.662,40

Máquinas e Equipamentos Energéticos	3.054.670,43
Máquinas e Equipamentos Gráficos	20.332,44
Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	22.856,59
Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	22.238,53
Outras Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	785.245,10
Equipamentos de Processamento de Dados	20.480.939,82
Aparelhos e Utensílios Domésticos	339.333,50
Máquinas e Utensílios de Escritório	56.872,23
Mobiliário em Geral	7.469.319,30
Coleções e Materiais Bibliográficos	192.325,16
Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	697.064,69
Obras de Arte e Peças para exposição	150.128,96
Veículos de Tração Mecânica	1.773.715,00
Demais Bens Móveis	136.622,26
(-) Depreciação Acumulada	-12.895.011,71
<b>TOTAL DE BENS MÓVEIS</b>	<b>24.362.243,00</b>

No que tange os bens imóveis, o registro refere-se às construções do pórtico e da guarita para acesso ao Ministério Público de Contas/ESCOEX, concluídas em 2023, e da passarela de acesso entre os prédios do MPC-MS e TCE-MS, concluída em 2025.

Os valores foram transferidos para a conta contábil 1.2.3.2.1.99.05 Bens Imóveis a Classificar e serão incluídos na matrícula do imóvel quando da regularização da gestão patrimonial e contábil dos bens imóveis, mencionada no subitem 2.1.

DESCRIÇÃO	VALOR
Bens Imóveis a Classificar	721.039,66
<b>TOTAL DE BENS IMÓVEIS</b>	<b>721.039,66</b>

#### 4.3.4 Ativo Não Circulante - Intangível

Compreendem os softwares adquiridos e desenvolvidos por empresas especializadas para atender as necessidades específicas do Tribunal de Contas.

DESCRIÇÃO	VALOR
Softwares	15.252.360,53
Softwares em Desenvolvimento	1.068.743,41
(-) Amortização Acumulada	-43.723,42
<b>TOTAL DE INTANGÍVEIS</b>	<b>16.277.380,52</b>

A amortização acumulada apresentada no valor de R\$ 43.723,42 ao final de 2025 foi apurada após a reavaliação, com data 29/12/2025.

No levantamento foram listados ativos a serem baixados, como sistemas legados (disponíveis apenas para consulta), no valor de R\$ 1.806.588,02, e sistemas não utilizados, no valor de R\$ 221.976,47. Houve, ainda, a reclassificação de ativos da conta "software em desenvolvimento" para "software", no montante de R\$ 5.934.524,97, quando da conclusão do desenvolvimento destes. Os lançamentos efetuados se basearam nos relatórios e documentos constantes nos processos TC-AB/0936/2020 e TC-AB/1148/2025.

O inventário dos intangíveis, realizado pela Comissão, deixou evidente que a situação patrimonial do Tribunal não refletia a realidade dos seus elementos patrimoniais. Em que pese as reduções de valores em decorrência das baixas, reclassificações e amortizações ocorridas, o reconhecimento e avaliação dos sistemas adquiridos após o inventário do ano de 2022, bem como a reavaliação dos bens então existentes, se mostraram preponderantes.

#### **4.3.5 Passivo Circulante – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo**

Compreendem as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como os benefícios de direito dos servidores.

<b>OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR</b>	<b>VALOR</b>
Férias	2.492.330,96
Contribuição a Entidade de Previdência Complementar	8.679,03
Contribuição Patronal ao Regime Próprio de Previdência - RPPS	2.229,07
Contribuição ao RGPS Sobre Salários e Remunerações	843.777,33
Contribuição ao RPPS - Pessoal Requisitado de Outros Entes	9.111,59
<b>TOTAL</b>	<b>3.356.127,98</b>

#### **4.3.6 Passivo Circulante – Demais Obrigações a Curto Prazo.**

Compreendem os valores restituíveis relativos às consignações em folha de pagamento, depósitos não judiciais (caução), IRRF, contribuição ao RGPS e ISS.

<b>ADIANTAMENTO DE CLIENTES E DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO</b>	<b>VALOR</b>
Consignações	3.242.604,03
Depósito Não Judiciais	76.877,42
Valores Restituíveis – Intra OFSS	1.114,54
Valores Restituíveis - Inter OFSS - União	379.131,47
Valores Restituíveis - Inter OFSS - Município	300.446,67
<b>TOTAL</b>	<b>4.000.174,13</b>

#### **4.3.7 Patrimônio Líquido – Demais Reservas**

Compreendem as demais reservas não classificadas como reservas de capital ou de lucro, inclusive aquelas que terão seus saldos realizados por terem sido extintas pela legislação.

O item 84 da NBC TSP 08 e o subitem 12.7.1 do MCASP 11ª edição, determinam que se o valor contábil do ativo intangível aumentar em virtude de reavaliação, a valorização deverá ser contabilizada diretamente à conta de reserva de reavaliação. Com base no relatório apresentado no processo TC-AB/1148/2025 foi efetuado o registro de R\$ 3.387.558,10.

#### 4.3.8 Patrimônio Líquido – Ajuste de Exercício Anterior

Registra o saldo decorrente de efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes (MCASP 11ª edição).

O montante de R\$ 14.569.494,54 refere-se ao saldo não utilizado da reserva de reavaliação lançada após o inventário realizado em 2022, de R\$ 14.568.591,40, e ao cancelamento do valor de R\$ 903,14, retido em duplicidade para a AGEPREV em 2024.

#### 4.3.9 Superávit Financeiro

Apurado pela diferença positiva entre o ativo financeiro e passivo financeiro, conforme §2º do art. 43 da Lei nº 4.320/1964.

O quadro do Superávit/Déficit Financeiro do Balanço Patrimonial demonstra o saldo da conta contábil 8.2.1.1.1.00.00 - Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR), segregado por fonte/destinação de recursos.

DESCRIÇÃO	VALOR
ATIVO FINANCEIRO	8.476.531,76
(-) PASSIVO FINANCEIRO	8.195.557,47
<b>SUPERÁVIT FINANCEIRO</b>	<b>280.974,29</b>

#### 4.4 Demonstrativo das Variações Patrimoniais (Anexo 15)

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício. Em 2025, o resultado patrimonial foi no valor de R\$ 5.389.505,08.

##### 4.4.1 Variações Patrimoniais Aumentativas

Representada pela conta *Transferências Intragovernamentais* a qual compreende os Repasses Recebidos (conta contábil 4.5.1.1.2.02.02) e *Transferências Recebidas Independente de Execução Orçamentária*, que se refere a transferência de bens móveis do FUNTC para TCE (conta contábil 4.5.1.2.2.02.03).

##### 4.4.2 Variações Patrimoniais Diminutivas

###### 4.4.2.1 Transferências e Delegações Concedidas

Compreendem as transferências concedidas para aporte de recursos ao RPPS (conta contábil 3.5.1.3.2.02.01), os pagamentos efetuados à Associação Cidade dos Meninos de Campo Grande (conta contábil 3.5.2.3.1.99.00), consoante processos TC-AD/0989/2024 e TC-AD/0796/2025, e a devolução de saldo financeiro acumulado de exercícios anteriores (conta contábil 3.5.1.1.2.09.01), conforme mencionado no subitem 4.2.1.

#### 4.4.2.2 Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

Compreendem despesas pagas a título de gratificação a policiais militares inativos que prestam serviços de vigilância patrimonial do Tribunal (TC-CO/0614/2024), despesas com indenizações pagas a servidores ativos (conta contábil 3.9.9.6.1.01.00), conforme folhas de pagamento dos processos referenciados no TC-FP/0004/2025, bem como despesas pagas para fins de ressarcimento a servidores (conta contábil 3.9.9.6.1.03.00).

### 4.5 Demonstração dos Fluxos de Caixa (Anexo 18)

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) do Tribunal apresenta as entradas e saídas de caixa dos fluxos operacional e de investimento, evidenciando as alterações de caixa e equivalentes de caixa no exercício.

De acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional, especialmente com a IPC 08 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP – 11ª edição), com a Lei nº 4.320/1964 e com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (IPSAS), a Superintendência de Contabilidade Geral do Estado de Mato Grosso do Sul promoveu a revisão da política e dos critérios contábeis adotados na composição do grupo “Outros Ingressos e Outros Desembolsos”.

Conforme mencionado no Subitem 4.2.3, a alteração consistiu, essencialmente, na revisão dos critérios de reconhecimento e classificação dos registros integrantes do referido grupo, contemplando a:

- a) exclusão de valores que representavam mera circulação interna de recursos ou eventos já evidenciados como receitas e despesas orçamentárias, notadamente 113810600 – Valores em Trânsito Realizáveis a Curto Prazo e 491110101 – Variação Patrimonial Aumentativa Bruta a Classificar;
- b) manutenção apenas dos ingressos e dispêndios que caracterizam obrigações financeiras de terceiros ou valores de natureza transitória, sem impacto orçamentário;
- c) alinhamento metodológico entre os demonstrativos, eliminando sobreposições e assegurando coerência entre o Balanço Financeiro e as demais demonstrações contábeis.

Com a nova metodologia, após as exclusões das contas contábeis acima descritas, o grupo “Outros Recebimentos e Outros Pagamentos Extraorçamentários”, em 2025, apresentou os valores demonstrados nos quadros dos subitens 4.5.1 e 4.5.3.

#### 4.5.1 Outras Receitas Derivadas e Originárias

<b>OUTRAS RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS</b>	<b>VALOR</b>
Repasses Recebidos	426.819.678,87
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	205.257.856,52
Outros Recebimentos Extraorçamentários (alteração critério contábil - subitem 4.5)	108.234.935,42
Depósitos e Cauções	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>740.312.470,81</b>

#### **4.5.2 Transferências Concedidas**

Compreendem as transferências intragovernamentais à AGEPREV, relativas às despesas previdenciárias pagas na natureza de despesa 3.1.91.13 - Contribuições Patronais, e às transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos 3.3.50.43 – Subvenções Sociais.

#### **4.5.3 Outros Desembolsos Operacionais**

<b>OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS</b>	<b>VALOR</b>
Aporte de recursos para RPPS	41.668.042,54
Devolução de Duodécimo Recebido	918.638,41
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	205.220.677,61
Outros Pagamentos Extraorçamentários (alteração critério contábil - subitem 4.5)	108.234.935,42
Depósitos e Cauções	377,58
<b>TOTAL</b>	<b>356.042.671,56</b>

ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - QUADRO PRINCIPAL - ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL (RECEITAS)  
Balanco 2025

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c - b)
Receitas Correntes (I)	2.707.500,00	2.707.500,00	10.484.769,22	7.777.269,22
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	1.335.000,00	1.335.000,00	9.055.975,84	7.720.975,84
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	2.500,00	2.500,00	427.170,26	424.670,26
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	1.370.000,00	1.370.000,00	1.001.623,12	(368.376,88)
Receitas de Capital (II)	0,00	0,00	10.000.000,00	10.000.000,00
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortizações de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	10.000.000,00	10.000.000,00
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>2.707.500,00</b>	<b>2.707.500,00</b>	<b>20.484.769,22</b>	<b>17.777.269,22</b>
Operações de Crédito/ Refinanciamento (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00

SGI ID: 8073cd1b-10c7-4abe-aa4f-7f91c8e7e29f

ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - QUADRO PRINCIPAL - ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL (RECEITAS)  
Balanco 2025

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c - b)
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>2.707.500,00</b>	<b>2.707.500,00</b>	<b>20.484.769,22</b>	<b>17.777.269,22</b>
Déficit (VI)	0,00	11.000.000,00	0,00	(11.000.000,00)
<b>TOTAL (VII) = (V + VI)</b>	<b>2.707.500,00</b>	<b>13.707.500,00</b>	<b>20.484.769,22</b>	<b>6.777.269,22</b>
Saldos de Exercícios Anteriores	0,00	11.000.000,00	11.000.000,00	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro	0,00	11.000.000,00	11.000.000,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	0,00	0,00	0,00	0,00

SGI ID: 8073cd1b-10c7-4abe-aa4f-7f91c8e7e29f

ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - QUADRO PRINCIPAL - ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL (DESPESAS)  
Balço 2025

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
	(e)	(f)	(g)	(h)	(i)	(j) = (f - g)
<b>Despesas Correntes (VIII)</b>	2.336.000,00	13.336.000,00	11.827.197,36	9.614.598,84	9.614.598,84	1.508.802,64
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	2.336.000,00	13.336.000,00	11.827.197,36	9.614.598,84	9.614.598,84	1.508.802,64
<b>Despesas de Capital (IX)</b>	371.500,00	371.500,00	17.650,00	17.650,00	17.650,00	353.850,00
Investimentos	371.500,00	371.500,00	17.650,00	17.650,00	17.650,00	353.850,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de contingência (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VIII + IX + X)</b>	2.707.500,00	13.707.500,00	11.844.847,36	9.632.248,84	9.632.248,84	1.862.652,64
<b>Amortização da Dívida / Refinanciamento (XII)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Amortização da Dívida Interna</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Amortização da Dívida Externa</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI + XII)</b>	2.707.500,00	13.707.500,00	11.844.847,36	9.632.248,84	9.632.248,84	1.862.652,64
<b>Superávit (XIV)</b>	0,00	0,00	8.639.921,86	0,00	0,00	(8.639.921,86)
<b>TOTAL (XV) = (XIII + XIV)</b>	2.707.500,00	13.707.500,00	20.484.769,22	9.632.248,84	9.632.248,84	(6.777.269,22)
Reserva do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

SGI ID: 8073cd1b-10c7-4abe-aa4f-7f91c8e7e29f

ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS  
Balço 2025

	Inscritos		Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo a Pagar (f)=(a+b-d-e)
	Em exercícios anteriores (a)	Em 31 de Dez. do Exercício de 2024 (b)				
	Despesas Correntes	0,00				
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos Da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	8.438,63	8.353,59	8.353,59	85,04	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	0,00	8.438,63	8.353,59	8.353,59	85,04	0,00

SGI ID: 8073cd1b-10c7-4abe-aa4f-7f91c8e7e29f

ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - QUADRO DA EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS  
Balço 2025

	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo a Pagar (e)=(a+b-c-d)
	Em exercícos anteriores	Em 31 de Dez. do Exercício de 2024			
	(a)	(b)			
Despesas Correntes	0,00	860,00	860,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos Da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	860,00	860,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>860,00</b>	<b>860,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

DANIELE SILVEIRA CIAPARINI  
Contadora - CRC/MS: 14882/O

FADEL TAJHER IUNES JUNIOR  
Diretor da Diretoria de Administração e Finanças

FLAVIO ESGAIB KAYATT  
Presidente

SGI ID: 8073cd1b-10c7-4abe-aa4f-7f91c8e7e29f

ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO - INGRESSOS  
Balço 2025

	Nota	2025	2024
<b>Receita Orçamentária (I)</b>		<b>20.484.769,22</b>	<b>2.665.484,39</b>
Recursos Não Vinculados		0,00	0,00
Recursos Vinculados (EXCETO AO RPPS)		20.484.769,22	2.665.484,39
Recursos Vinculados à Educação		0,00	0,00
Recursos Vinculados à Saúde		0,00	0,00
Recursos Vinculados à Assistência Social		0,00	0,00
Recursos Vinculados à Previdência Social (EXCETO RPPS)		0,00	0,00
Demais Vinculações Decorrentes de Transferências		10.025.607,22	0,00
Demais Vinculações Legais		10.459.162,00	2.665.484,39
Outras Vinculações		0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS		0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)		0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)		0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração		0,00	0,00
<b>Transferências Financeiras Recebidas (II)</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RGPS		0,00	0,00
Transferências Recebidas para o Sistema de Proteção Social dos Militares		0,00	0,00
<b>Outras Movimentações Financeiras Recebidas (III)</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Resgate de Investimentos e Aplicações Financeiras		0,00	0,00
Desbloqueios de Valores em Caixa		0,00	0,00
<b>Recebimentos Extraorçamentários (IV)</b>		<b>2.641.553,37</b>	<b>704.792,53</b>
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		2.212.598,52	8.438,63
Inscrição de Restos a Pagar Processados		0,00	860,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		428.954,85	94.409,81
218810199 - OUTROS CONSIGNATARIOS		20.485,85	0,00

SGI ID: 8073cd1b-10c7-4abe-aa4f-7f91c8e7e29f

ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO - INGRESSOS			
Balanco 2025			
	Nota	2025	2024
218810403 - DEPOSITOS DE TERCEIROS		1.636,66	86.057,30
218820104 - IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF		290.335,33	6.183,01
218830102 - CONTRIBUIÇÃO AO RGPS		80.966,72	1.760,00
218850108 - ISS		35.530,29	409,50
Outros Recebimentos Extraorçamentários		0,00	601.084,09
<b>Saldo do Exercício Anterior (V)</b>		<b>11.337.229,01</b>	<b>11.470.020,91</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa (exceto RPPS)		11.337.229,01	11.470.020,91
Caixa e Equivalentes de Caixa RPPS		0,00	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
<b>TOTAL (VI) = (I + II + III + IV + V)</b>		<b>34.463.551,60</b>	<b>14.840.297,83</b>

SGI ID: 8073cd1b-10c7-4abe-aa4f-7f91c8e7e29f

ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO - DISPÊNDIOS			
Balanco 2025			
	Nota	2025	2024
<b>Despesa Orçamentária (VII)</b>		<b>11.844.847,36</b>	<b>2.475.180,27</b>
Recursos Não Vinculados		0,00	0,00
Recursos Vinculados (EXCETO AO RPPS)		11.844.847,36	2.475.180,27
Recursos Destinados à Educação		0,00	0,00
Recursos Destinados à Saúde		0,00	0,00
Recursos Vinculados à Assistência Social		0,00	0,00
Recursos Vinculados à Previdência Social (EXCETO RPPS)		0,00	0,00
Demais Vinculações Decorrentes de Transferências		0,00	0,00
Demais Vinculações Legais		11.844.847,36	2.475.180,27
Outras Vinculações		0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS		0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)		0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Reparação (Plano Financeiro)		0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração		0,00	0,00
Transferências Financeiras Concedidas (VIII)		0,00	0,00
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RGPS		0,00	0,00
Transferências Concedidas para o Sistema de Proteção Social dos Militares		0,00	0,00
Outras Movimentações Financeiras Concedidas (IX)		0,00	0,00
Transferências para Investimentos e Aplicações Financeiras		0,00	0,00
Bloqueios de Valores em Caixa		0,00	0,00
Pagamentos Extraorçamentários (X)		366.776,94	1.027.888,55
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		8.353,59	332.867,65
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		860,00	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		357.563,35	93.936,81
218810199 - OUTROS CONSIGNATARIOS		0,00	0,00

SGI ID: 8073cd1b-10c7-4abe-aa4f-7f91c8e7e29f

ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO - DISPÊNDIOS			
Balanço 2025			
	Nota	2025	2024
218810403 - DEPOSITOS DE TERCEIROS		1.636,66	86.057,30
218820104 - IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF		290.335,33	6.183,01
218830102 - CONTRIBUIÇÃO AO RGPS		51.804,86	1.267,00
218850108 - ISS		13.786,50	409,50
Outros Pagamentos Extraorçamentários		0,00	601.084,09
<b>Saldo para o Exercício Seguinte (XI)</b>		<b>22.251.927,30</b>	<b>11.337.229,01</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa (exceto RPPS)		22.251.927,30	11.337.229,01
Caixa e Equivalentes de Caixa RPPS		0,00	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
<b>TOTAL (XII) = (VII + VIII + IX + X + XI)</b>		<b>34.463.551,60</b>	<b>14.840.297,83</b>

SGI ID: 8073cd1b-10c7-4abe-aa4f-7f91c8e7e29f

ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO - QUADRO ANEXO						
Balanço 2025						
ESPECIFICACAO	Exercício de 2025			Exercício de 2024		
	Receita Orçamentária	Deduções da Receita Orçamentária	Saldo	Receita Orçamentária	Deduções da Receita Orçamentária	Saldo
	(a)	(b)	(c) = (a - b)	(d)	(e)	(f) = (d - e)
Recursos Não Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vinculada	20.484.769,22	0,00	20.484.769,22	2.665.484,39	0,00	2.665.484,39
Recursos Vinculados à Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Previdência Social (Exceto ao RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Vinculações Decorrentes de Transferências	10.025.607,22	0,00	10.025.607,22	0,00	0,00	0,00
Demais Vinculações Legais	10.459.162,00	0,00	10.459.162,00	2.665.484,39	0,00	2.665.484,39
Outras Destinações de Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Reparação (Plano Financeiro)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>20.484.769,22</b>	<b>0,00</b>	<b>20.484.769,22</b>	<b>2.665.484,39</b>	<b>0,00</b>	<b>2.665.484,39</b>

DANIELE SILVEIRA CIAPARINI  
Contadora - CRC/MS: 14882/O

FADEL TAJHER IUNES JUNIOR  
Diretor da Diretoria de Administração e Finanças

FLÁVIO ESGAIB KAYATT  
Presidente

SGI ID: 8073cd1b-10c7-4abe-aa4f-7f91c8e7e29f

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL - QUADRO PRINCIPAL - ATIVO  
Balanço 2025

	Exercicio 2025	Exercicio 2024
<b>ATIVO</b>	<b>22.251.927,30</b>	<b>11.935.484,11</b>
<b>Ativo Circulante</b>	<b>22.251.927,30</b>	<b>11.935.484,11</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	22.251.927,30	11.337.229,01
Créditos a Curto Prazo	0,00	0,00
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	0,00	598.255,10
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	0,00	0,00
Estoques	0,00	0,00
Ativo não Circulante Mantido para Venda	0,00	0,00
Ativo Biológico	0,00	0,00
VPD Pagas Antecipadamente	0,00	0,00
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Realizável a Longo Prazo	0,00	0,00
Créditos a Longo Prazo	0,00	0,00
Demais Créditos a Longo Prazo	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	0,00	0,00
Estoques	0,00	0,00
VPD pagas antecipadamente	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00
Imobilizado	0,00	0,00
Intangível	0,00	0,00
<b>TOTAL DE ATIVO</b>	<b>22.251.927,30</b>	<b>11.935.484,11</b>

SGI ID: 8073cd1b-10c7-4abe-aa4f-7f91c8e7e29f

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL - QUADRO PRINCIPAL - PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
Balanço 2025

	Exercicio 2025	Exercicio 2024
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>22.251.927,30</b>	<b>11.935.484,11</b>
<b>Passivo Circulante</b>	<b>71.864,50</b>	<b>1.333,00</b>
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	0,00	860,00
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	0,00	0,00
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	0,00	0,00
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	0,00	0,00
Transferências Fiscais a Curto Prazo	0,00	0,00
Provisões a Curto Prazo	0,00	0,00
Demais Obrigações a Curto Prazo	71.864,50	473,00
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	0,00	0,00
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	0,00	0,00
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	0,00	0,00
Transferências Fiscais a Longo Prazo	0,00	0,00
Provisões a Longo Prazo	0,00	0,00
Demais Obrigações a Longo Prazo	0,00	0,00
Resultado Diferido	0,00	0,00
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>22.180.062,80</b>	<b>11.934.151,11</b>
Patrimônio Social e Capital Social	0,00	0,00
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0,00	0,00
Reservas de Capital	0,00	0,00
Ajustes de Avaliação Patrimonial	0,00	0,00

SGI ID: 8073cd1b-10c7-4abe-aa4f-7f91c8e7e29f

**ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL - QUADRO PRINCIPAL - PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
 Balanço 2025

	Exercício 2025	Exercício 2024
Reservas de Lucros	0,00	0,00
Demais Reservas	0,00	0,00
Resultados Acumulados	22.180.062,80	11.934.151,11
Superávits ou Déficits Acumulados	22.180.062,80	11.934.151,11
Superávits ou Déficits do Exercício	10.245.911,69	(93.318,75)
Superávits ou Déficits do Exercício Anteriores	11.934.151,11	12.027.469,86
Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Superavits ou Deficits Resultantes de Extinção, Fusão e Cisão	0,00	0,00
Lucros ou Prejuízos Acumulados	0,00	0,00
(-) Ações / Cotas em Tesouraria	0,00	0,00
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>22.251.927,30</b>	<b>11.935.484,11</b>

SGI ID: 8073cd1b-10c7-4abe-aa4f-7f91c8e7e29f

**ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL - QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS PERMANENTES**  
 Balanço 2025

	Exercício 2025	Exercício 2024
<b>ATIVO (I)</b>	<b>22.251.927,30</b>	<b>11.935.484,11</b>
Ativo Financeiro	22.251.927,30	11.337.229,01
Ativo Permanente	0,00	598.255,10
<b>PASSIVO (II)</b>	<b>2.284.463,02</b>	<b>9.771,63</b>
Passivo Financeiro	2.284.463,02	9.771,63
Passivo Permanente	0,00	0,00
<b>Saldo Patrimonial (III) = (I - II)</b>	<b>19.967.464,28</b>	<b>11.925.712,48</b>

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL - QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO  
Balanco 2025

	Exercicio 2025	Exercicio 2024
<b>ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>	12.000.000,00	0,00
Garantias e Contra garantias recebidas	0,00	0,00
Direitos Conveniados e outros instrumentos congêneres	12.000.000,00	0,00
Direitos Contratuais	0,00	0,00
Demandas Judiciais	0,00	0,00
Outros atos potenciais ativos	0,00	0,00
<b>ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>	150.000,00	0,00
Garantias e Contra garantias concedidas	0,00	0,00
Obrigações conveniadas e outros instrumentos congêneres	150.000,00	0,00
Obrigações contratuais	0,00	0,00
Demandas Judiciais	0,00	0,00
Outros atos potenciais passivos	0,00	0,00

SGL ID: 8073cd1b-10c7-4abe-aa4f-7f91c8e7e29f

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL - QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO (Lei nº 4.320/1964)  
Balanco 2025

	Exercicio 2025	Exercicio 2024
701 Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	10.025.607,22	0,00
756 Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Indireta	114.403,83	114.403,83
759 Recursos Vinculados a Fundos	9.827.453,23	11.213.053,55
<b>TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS</b>	<b>19.967.464,28</b>	<b>11.327.457,38</b>

DANIELE SILVEIRA CIAPARINI  
Contadora - CRC/MS: 14882/O

FADEL TAJHER IUNES JUNIOR  
Diretor da Diretoria de Administração e Finanças

FLAVIO ESGAIB KAYATT  
Presidente

SGL ID: 8073cd1b-10c7-4abe-aa4f-7f91c8e7e29f



Governo do Estado de Mato Grosso do Sul  
Secretaria de Estado de Fazenda do MS - SEFAZ  
Superintendência de Contabilidade Geral do Estado - SCGE  
30901 - FUNDO ESP.DE DESENV.MODER.E APERF.TRIBUNAL DE CONTAS MS



Valores na escala de R\$ 1,00

ANEXO 15 - DEMONSTRATIVO DAS VARIÇÕES PATRIMONIAIS  
Balço 2025

	Nota	2025	2024
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)</b>		<b>20.484.769,22</b>	<b>2.665.484,39</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		0,00	0,00
Contribuições		0,00	0,00
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		8.074.043,04	1.152.813,31
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		1.409.103,06	911.743,28
Transferências e Delegações Recebidas		0,00	0,00
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos		0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		11.001.623,12	600.927,80
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)</b>		<b>10.238.857,53</b>	<b>2.758.803,14</b>
Pessoal e Encargos		0,00	0,00
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		0,00	0,00
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		7.935.598,07	909.831,14
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		0,00	0,00
Transferências e Delegações Concedidas		2.291.904,46	1.845.772,00
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		0,00	0,00
Tributárias		11.355,00	3.200,00
Custo das Mercadorias e dos Produtos Vendidos, e dos Serviços Prestados		0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		0,00	0,00
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I - II)</b>		<b>10.245.911,69</b>	<b>(93.318,75)</b>

DANIELE SILVEIRA CIAPARINI  
Contadora - CRC/MS: 14882/O

FADEL TAJHER IUNES JUNIOR  
Diretor da Diretoria de Administração e Finanças

FLÁVIO ESGAIB KAYATT  
Presidente

SGL ID: 8073cd1b-10c7-4abe-aa4f-7f91c8e7e29f



Governo do Estado de Mato Grosso do Sul  
Secretaria de Estado de Fazenda do MS - SEFAZ  
Superintendência de Contabilidade Geral do Estado - SCGE  
30901 - FUNDO ESP.DE DESENV.MODER.E APERF.TRIBUNAL DE CONTAS MS



Valores na escala de R\$ 1,00

ANEXO 17 - DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE (POR EXERCÍCIO)  
Balço 2025

TÍTULO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	
<b>RESTOS A PAGAR</b>	9.298,63	2.212.598,52	9.298,63	2.212.598,52
PROCESSADOS	860,00	0,00	860,00	0,00
2024	860,00	0,00	860,00	0,00
<b>NÃO PROCESSADOS</b>	8.438,63	2.212.598,52	8.438,63	2.212.598,52
2024	8.438,63	0,00	8.438,63	0,00
2025	0,00	2.212.598,52	0,00	2.212.598,52
<b>DEPÓSITOS / CONSIGNAÇÕES</b>	473,00	428.954,85	357.563,35	71.864,50
<b>VALORES RESTITUIVEIS</b>	473,00	428.954,85	357.563,35	71.864,50
218810199 - OUTROS CONSIGNATARIOS	0,00	20.485,85	0,00	20.485,85
218810403 - DEPOSITOS DE TERCEIROS	0,00	1.636,66	1.636,66	0,00
218820104 - IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	0,00	290.335,33	290.335,33	0,00
218830102 - CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	473,00	80.966,72	51.804,86	29.634,86
218850106 - ISS	0,00	35.530,29	13.786,50	21.743,79

SGL ID: 8073cd1b-10c7-4abe-aa4f-7f91c8e7e29f



Governo do Estado de Mato Grosso do Sul  
Secretaria de Estado de Fazenda do MS - SEFAZ  
Superintendência de Contabilidade Geral do Estado - SCGE  
30901 - FUNDO ESP.DE DESENV.MODER.E APERF.TRIBUNAL DE CONTAS MS



Valores na escala de R\$ 1,00

ANEXO 18 - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - QUADRO PRINCIPAL  
Balança 2025

	2025	2024
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>Ingressos</b>	<b>20.913.724,07</b>	<b>3.360.978,29</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00
Receita Patrimonial	7.646.872,78	2.063.072,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00
Receita de Serviços	427.170,26	1.484,59
Remuneração das Disponibilidades	1.409.103,06	0,00
Outras Receitas Derivadas e Originárias	11.430.577,97	1.296.421,70
Transferências recebidas	0,00	0,00
<b>Desembolsos</b>	<b>9.981.375,78</b>	<b>3.493.770,19</b>
Pessoal e demais despesas	7.947.813,07	912.171,14
Juros e encargos da dívida	0,00	0,00
Transferências concedidas	1.675.999,36	1.886.578,15
Outros desembolsos operacionais	357.563,35	695.020,90
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)	10.932.348,29	(132.791,90)
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Ingressos</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Alienação de Bens	0,00	0,00
Amortização de empréstimos e financiamentos concedidos	0,00	0,00
Outros ingressos de investimentos	0,00	0,00

SGI ID: 8073cd1b-10c7-4abe-aa4f-7f91c8e7e29f



Governo do Estado de Mato Grosso do Sul  
Secretaria de Estado de Fazenda do MS - SEFAZ  
Superintendência de Contabilidade Geral do Estado - SCGE  
30901 - FUNDO ESP.DE DESENV.MODER.E APERF.TRIBUNAL DE CONTAS MS



Valores na escala de R\$ 1,00

ANEXO 18 - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - QUADRO PRINCIPAL  
Balança 2025

	2025	2024
<b>Desembolsos</b>	<b>17.650,00</b>	<b>0,00</b>
Aquisição de ativo não circulante	17.650,00	0,00
Concessão de empréstimos e financiamentos	0,00	0,00
Outros desembolsos de investimentos	0,00	0,00
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (II)	(17.650,00)	0,00
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Ingressos</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de crédito	0,00	0,00
Integralização do capital social de empresas dependentes	0,00	0,00
Outros ingressos de financiamentos	0,00	0,00
<b>Desembolsos</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização /Refinanciamento da dívida	0,00	0,00
Outros desembolsos de financiamentos	0,00	0,00
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento (III)	0,00	0,00
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)</b>	<b>10.914.698,29</b>	<b>(132.791,90)</b>
Caixa e Equivalentes de caixa inicial	11.337.229,01	11.470.020,91
Caixa e Equivalente de caixa final	22.251.927,30	11.337.229,01

SGI ID: 8073cd1b-10c7-4abe-aa4f-7f91c8e7e29f

ANEXO 18 - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS  
Balço 2025

	2025	2024
<b>TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS</b>		
<b>Intergovernamentais</b>		
da União	0,00	0,00
de Estados e Distrito Federal	0,00	0,00
de Municípios	0,00	0,00
<b>Intragovernamentais</b>		
Outras transferências recebidas		
<b>Total das Transferências Recebidas</b>		
<b>TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS</b>		
<b>Intergovernamentais</b>		
a União	0,00	0,00
a Estados e Distrito Federal	0,00	0,00
a Municípios	0,00	0,00
<b>Intragovernamentais</b>		
Outras transferências concedidas	1.675.999,36	1.886.578,15
<b>Total das Transferências Concedidas</b>	<b>1.675.999,36</b>	<b>1.886.578,15</b>

SGL ID: 8073cd1b-10c7-4abe-aa4f-7f91c8e7e29f

ANEXO 18 - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - DESEMBOLSO DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO  
Balço 2025

	2025	2024
Legislativa	7.947.813,07	912.171,14
Judiciária	0,00	0,00
Essencial à Justiça	0,00	0,00
Administração	0,00	0,00
Defesa Nacional	0,00	0,00
Segurança Pública	0,00	0,00
Relações Exteriores	0,00	0,00
Assistência Social	0,00	0,00
Previdência Social	0,00	0,00
Saúde	0,00	0,00
Trabalho	0,00	0,00
Educação	0,00	0,00
Cultura	0,00	0,00
Direitos da Cidadania	0,00	0,00
Urbanismo	0,00	0,00
Habitação	0,00	0,00
Saneamento	0,00	0,00
Gestão Ambiental	0,00	0,00
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00
Agricultura	0,00	0,00
Organização Agrária	0,00	0,00
Indústria	0,00	0,00

SGL ID: 8073cd1b-10c7-4abe-aa4f-7f91c8e7e29f



Governo do Estado de Mato Grosso do Sul  
Secretaria de Estado de Fazenda do MS - SEFAZ  
Superintendência de Contabilidade Geral do Estado - SCGE  
30901 - FUNDO ESP.DE DESENV.MODER.E APERF.TRIBUNAL DE CONTAS MS



Valores na escala de R\$ 1,00

ANEXO 18 - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - DESEMBOLSO DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO  
Balanco 2025

	2025	2024
Comércio e Serviços	0,00	0,00
Comunicações	0,00	0,00
Energia	0,00	0,00
Transporte	0,00	0,00
Desporto e Lazer	0,00	0,00
Encargos Especiais	0,00	0,00
<b>Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função</b>	<b>7.947.813,07</b>	<b>912.171,14</b>



Governo do Estado de Mato Grosso do Sul  
Secretaria de Estado de Fazenda do MS - SEFAZ  
Superintendência de Contabilidade Geral do Estado - SCGE  
30901 - FUNDO ESP.DE DESENV.MODER.E APERF.TRIBUNAL DE CONTAS MS



Valores na escala de R\$ 1,00

ANEXO 18 - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - QUADRO JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA  
Balanco 2025

	2025	2024
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	0,00	0,00
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	0,00	0,00
Outros Encargos da Dívida	0,00	0,00
<b>Total dos Juros e Encargos da Dívida</b>		

DANIELE SILVEIRA CIAPARINI  
Contadora - CRC/MS: 14882/O

FADEL TAJHER IUNES JUNIOR  
Diretor da Diretoria de Administração e Finanças

FLÁVIO ESGAIB KAYATT  
Presidente

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - FUNTC EXERCÍCIO 2025

### 1. Informações Gerais

O Fundo Especial de Desenvolvimento, Modernização e Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul – FUNTC foi instituído pela Lei Estadual nº 1.425, de 1 de outubro de 1993, alterada pela Lei Estadual nº 5.454, de 11 de dezembro de 2019 e pela Lei Estadual nº 6.051, de 2 de maio de 2023.

O Fundo Especial de Desenvolvimento, Modernização e Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul possui natureza contábil-financeira, sem personalidade jurídica e é gerido pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, sendo o presidente do Tribunal o gestor e ordenador de despesas do FUNTC.

A operacionalização do FUNTC para o exercício de 2025 foi amparada pela Lei Estadual nº 6.284, de 22 de julho de 2024 (LDO) e pela Lei Estadual nº 6.372, de 16 de dezembro de 2024 (LOA).

As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) foram elaboradas em observância às disposições da Lei nº 4.320/1964, da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCs TSP), ao Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP – 11ª edição), bem como ao Plano de Contas (PCASP) do Estado de Mato Grosso do Sul, disponibilizado no Sistema de Planejamento e Finanças (SPF).

### 2. Demonstrativos contábeis

#### 2.1 Balanço Orçamentário (Anexo 12)

O Balanço Orçamentário demonstra as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso de arrecadação. Demonstra também as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

Do confronto entre as receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas no período, tem-se o resultado orçamentário cujo valor foi superavitário, no montante de R\$ 8.639.921,86.

##### 2.1.1 Superávit Orçamentário

DESCRIÇÃO	VALOR
Receitas Realizadas	20.484.769,22
(-) Despesas Empenhadas	11.844.847,36
<b>RESULTADO ORÇAMENTÁRIO</b>	<b>8.639.921,86</b>

### 2.1.2 Superávit de Arrecadação

DESCRIÇÃO	VALOR
Previsão atualizada da Receita	2.707.500,00
Receitas Realizadas	20.484.769,22
<b>SUPERÁVIT DE ARRECADAÇÃO</b>	<b>17.777.269,22</b>

O excesso de arrecadação se deu em razão da receita com remuneração de depósitos bancários e da receita com a cessão do direito de operacionalização da folha de pagamento, com depósitos relevantes realizados na segunda quinzena de dezembro/2025, superando, desse modo, as previsões orçamentárias. Destaca-se, ainda, a celebração do convênio nº 5382/2025, assinado em 09/12/2025 com o Estado de Mato Grosso do Sul, para despesas de investimentos.

### 2.1.3 Dotação Atualizada

Demonstra a dotação inicial somada aos créditos adicionais suplementares abertos durante o exercício financeiro de 2025.

Foram abertos créditos suplementares através dos Decretos "O" nº 017/2025, de 20 de fevereiro de 2025, publicado no DOE nº 11.752, de 21/02/2025, pág. 2-5, nº 064/2025, de 07 de agosto de 2025, publicado no DOE nº 11.910, de 08/08/2025, pág. 2-5, nº 107/2025, de 02 de dezembro de 2025, publicado no DOE nº 12.012, de 03/12/2025, pág. 2-6, conforme o Inciso I, do Art. 43 da Lei Federal nº 4.320/1964, os quais alteraram o valor do Orçamento como abaixo demonstrado.

<b>DOTAÇÃO INICIAL</b>	<b>2.707.500,00</b>
CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR	11.000.000,00
<b>DOTAÇÃO ATUALIZADA</b>	<b>13.707.500,00</b>

### 2.1.4 Execução de Restos a Pagar

Na tabela seguinte, tem-se o demonstrativo da situação dos Restos a Pagar Não Processados (RPNP) e Processados (RPP), inscritos no exercício de 2024 e executados até o final de 2025.

RESTOS A PAGAR	INSCRITOS EM 2024	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
NÃO PROCESSADOS	8.438,63	8.353,59	85,04	0,00
PROCESSADOS	860,00	860,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>9.298,63</b>	<b>9.213,59</b>	<b>85,04</b>	<b>0,00</b>

### 2.2 Balanço Financeiro (Anexo 13)

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte. Essa demonstração possui enfoque orçamentário e

dele se obtém o resultado financeiro, o qual não se confunde com o superávit ou déficit financeiro do exercício apurado no Balanço Patrimonial.

### **2.2.1 Outros Recebimentos/Pagamentos Extraorçamentários**

Compreendem os ingressos não previstos no orçamento e os pagamentos que não precisam se submeter ao processo de execução orçamentária. Em geral, envolvem valores que não transitam pelo orçamento, mas afetam o “Saldo do Exercício Anterior” e “Saldo para o Exercício Seguinte”.

Em conformidade com a Secretaria do Tesouro Nacional, especialmente com a IPC 06 – Balanço Financeiro, com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP – 11ª edição), com a Lei nº 4.320/1964 e com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (IPSAS), a Superintendência de Contabilidade Geral do Estado de Mato Grosso do Sul promoveu a revisão da política e dos critérios contábeis adotados na composição do grupo “Outros Recebimentos e Pagamentos Extraorçamentários”, integrante do Balanço Financeiro – Anexo 13.

A IPC 06 estabelece que os campos “Outros Recebimentos Extraorçamentários” e “Outros Pagamentos Extraorçamentários” destinam-se a contemplar situações não previstas expressamente em seu mapeamento, cabendo a cada ente federativo adequá-los às suas especificidades. Tais campos, em regra, compreendem valores que não transitam pelo orçamento, mas que afetam os saldos financeiros do exercício.

Considerando que não há definição normativa taxativa acerca da composição das contas desse grupo, procedeu-se à revisão da política contábil anteriormente adotada, com o objetivo de aprimorar a aderência conceitual, técnica e metodológica do demonstrativo à finalidade prevista no art. 103 da Lei nº 4.320/1964, qual seja, evidenciar as movimentações financeiras que impactam as disponibilidades de caixa.

A alteração consistiu, essencialmente, na revisão dos critérios de reconhecimento e classificação dos registros integrantes do referido grupo, contemplando a:

- a) exclusão de valores que representavam mera circulação interna de recursos ou eventos já evidenciados como receitas e despesas orçamentárias, notadamente 113810600 – Valores em Trânsito Realizáveis a Curto Prazo e 491110101 – Variação Patrimonial Aumentativa Bruta a Classificar;
- b) manutenção apenas dos ingressos e dispêndios que caracterizam obrigações financeiras de terceiros ou valores de natureza transitória, sem impacto orçamentário;
- c) alinhamento metodológico entre os demonstrativos, eliminando sobreposições e assegurando coerência entre o Balanço Financeiro e as demais demonstrações contábeis.

Ressalta-se que a presente alteração possui natureza exclusivamente procedimental e de evidenciação, não produzindo impacto no resultado patrimonial, no resultado financeiro ou na execução orçamentária, limitando-se à forma de apresentação dos fluxos financeiros. A mudança ora

implementada visa assegurar maior clareza, consistência e transparência na prestação de contas, bem como o adequado atendimento às orientações dos órgãos de controle em especial o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

### 2.2.2 Resultado Financeiro

O resultado financeiro apurado no exercício foi no valor de R\$ 10.914.698,29, e corresponde à variação das disponibilidades no final e no início do exercício de 2025.

DESCRIÇÃO	VALOR
SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	22.251.927,30
(-) SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR	11.337.229,01
<b>RESULTADO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO</b>	<b>10.914.698,29</b>

DESCRIÇÃO	VALOR
Receitas Orçamentárias	20.484.769,22
(+) Transferências Financeiras Recebidas	0,00
(+) Recebimentos Extraorçamentários	2.641.553,37
(-) Despesas Orçamentárias	11.844.847,36
(-) Transferências Financeiras Concedidas	0,00
(-) Pagamentos Extraorçamentários	366.776,94
<b>RESULTADO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO</b>	<b>10.914.698,29</b>

### 2.3 Balanço Patrimonial (Anexo 14)

O Balanço Patrimonial evidencia qualitativamente e quantitativamente, a situação patrimonial do órgão por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).

#### 2.3.1 Ativo Circulante - Estoques e Ativo Não Circulante - Imobilizado e Intangível

Essas contas não apresentam valores, pois os bens adquiridos com recursos do Fundo integram o patrimônio do Tribunal de Contas, conforme dispõe o §2º do art. 10 da Lei nº 1.425, de 1 de outubro de 1993 e alterações posteriores.

#### 2.3.2 Passivo Circulante – Demais Obrigações a Curto Prazo

Compreendem os valores restituíveis relativos às consignações, contribuição ao RGPS e ISS.

ADIANTAMENTO DE CLIENTES E DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	VALOR
Valores Restituíveis - Consolidação	20.485,85
Valores Restituíveis - Inter OFSS - União	29.634,86
Valores Restituíveis - Inter OFSS - Município	21.743,79
<b>TOTAL</b>	<b>71.864,50</b>

### 2.3.3 Contas de Compensação

Apresenta os atos potenciais do ativo e do passivo a executar, que potencialmente possam afetar o patrimônio do ente. Os valores dos atos potenciais já executados não devem ser considerados. Será elaborado utilizando-se a classe 8 (Controle Credores) do PCASP.

ATOS POTENCIAIS ATIVOS	VALOR
Direitos Conveniados e outros instrumentos congêneres	12.000.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>12.000.000,00</b>

Os atos potenciais ativos referem-se ao Convênio nº 5382/2025 celebrado com o Estado de Mato Grosso do Sul, correspondente às contas contábeis 8.1.1.2.1.01.01 – Convênios a Receber e 8.1.1.2.1.01.02 – Convênios a Comprovar, com vigência de 21 meses.

ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	VALOR
Obrigações Conveniadas e outros instrumentos congêneres	150.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>150.000,00</b>

Os atos potenciais passivos referem-se ao 2º Termo Aditivo ao Termo de Fomento celebrado com o Sindicato dos Funcionários e Servidores Públicos do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul – SINSERCON (6ª etapa), correspondente à conta contábil 8.1.2.2.1.01.02 – Convênios a Comprovar, vigente até 30/04/2026.

### 2.3.4 Superávit Financeiro

Apurado pela diferença positiva entre o ativo financeiro e passivo financeiro, conforme §2º do art. 43 da Lei nº 4.320/1964.

O quadro do Superávit/Déficit Financeiro do Balanço Patrimonial demonstra o saldo da conta contábil 8.2.1.1.1.00.00 - Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR), segregado por fonte/destinação de recursos. No caso do FUNTC, existem três fontes, a 759 referente aos recursos diretamente arrecadados pelo Fundo, a 756 decorrente dos recursos da alienação de bens, e a 701 relativa a transferências de convênios.

DESCRIÇÃO	VALOR
ATIVO FINANCEIRO	22.251.927,30
(-) PASSIVO FINANCEIRO	2.284.463,02
<b>SUPERÁVIT FINANCEIRO</b>	<b>19.967.464,28</b>

### 2.4 Demonstrativo das Variações Patrimoniais (Anexo 15)

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício, cujo valor foi de R\$ 10.245.911,69.

## **2.4.1 Variações Patrimoniais Aumentativas**

### 2.4.1.1 Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

Representada pelos valores arrecadados de multas aplicadas pelo Tribunal de Contas durante o exercício de 2025 (contas contábeis 4.9.9.5.1.01.09 e 4.9.9.9.1.01.00), assim como a apropriação de recursos relativos ao Convênio nº 5382/2025 (conta contábil 4.9.9.9.2.01.00).

## **2.4.2 Variações Patrimoniais Diminutivas**

### 2.4.2.1 Transferências e Delegações Concedidas

Corresponde ao valor da contribuição à Associação dos Membros dos Tribunais de Contas (TC-CO/0105/2025, TC-LQ/1003/2025 e TC-LQ/1005/2025), e aos Termos de Fomentos com o Sindicato dos Funcionários e Servidores Públicos do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul – SINSERCON (TC-CO/0461/2024, TC-AD/1377/2024, TC-CO/0346/2025, TC-AD/0771/2025, e TC-AD/1159/2025).

## **2.5 Demonstração dos Fluxos de Caixa (Anexo 18)**

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) do FUNTC apresenta as entradas e saídas de caixa dos fluxos operacional e de investimento, evidenciando as alterações de caixa e equivalentes de caixa no exercício.

De acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional, especialmente com a IPC 08 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP – 11ª edição), com a Lei nº 4.320/1964 e com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (IPSAS), a Superintendência de Contabilidade Geral do Estado de Mato Grosso do Sul promoveu a revisão da política e dos critérios contábeis adotados na composição do grupo “Outros Ingressos e Outros Desembolsos”.

Conforme mencionado no subitem 2.2.1, a alteração consistiu, essencialmente, na revisão dos critérios de reconhecimento e classificação dos registros integrantes do referido grupo, contemplando a:

- a) exclusão de valores que representavam mera circulação interna de recursos ou eventos já evidenciados como receitas e despesas orçamentárias, notadamente 113810600 – Valores em Trânsito Realizáveis a Curto Prazo e 491110101 – Variação Patrimonial Aumentativa Bruta a Classificar;
- b) manutenção apenas dos ingressos e dispêndios que caracterizam obrigações financeiras de terceiros ou valores de natureza transitória, sem impacto orçamentário;
- c) alinhamento metodológico entre os demonstrativos, eliminando sobreposições e assegurando coerência entre o Balanço Financeiro e as demais demonstrações contábeis.

Com a nova metodologia, após as exclusões das contas contábeis acima descritas, o grupo "Outros Recebimentos e Outros Pagamentos Extraorçamentários" não apresentou valores em 2025, conforme demonstrado nos quadros dos subitens 2.5.1 e 2.5.2.

### 2.5.1 Outras Receitas Derivadas e Originárias

<b>OUTRAS RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS</b>	<b>VALOR</b>
Multas Aplicadas pelo Tribunal de Contas	1.001.623,12
Outras Receitas de Capital (convênio)	10.000.000,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	428.954,85
Outros Recebimentos Extraorçamentários (alteração critério contábil - subitem 2.5)	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>11.430.577,97</b>

### 2.5.2 Outros Desembolsos Operacionais

<b>OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS</b>	<b>VALOR</b>
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	357.563,35
Outros Pagamentos Extraorçamentários (alteração critério contábil - subitem 2.5)	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>357.563,35</b>